

Padrões de Propriedade de Escravos nas Américas: Nova Evidência para o Brasil*

STUART B. SCHWARTZ*

Com a intensificação e o amadurecimento do debate sobre aspectos da escravidão, emergiram certas suposições quanto aos vários regimes escravocratas, e que serviram posteriormente como pontos de partida para análises de tópicos tão variados quanto crescimento econômico, a família escrava, aculturação e revoltas. Winthrop D. Jordan, ao tentar isolar os fatores que contribuíram para rebeliões de escravos nas Américas, contrastou a situação nos Estados Unidos

com a vigente em outras áreas. Em uma afirmação que poucos historiadores contestariam, alegou que "(...) as unidades agrícolas no Sul eram substancialmente menores do que nas Índias Ocidentais e no Brasil."⁽¹⁾ A imagem das Índias Ocidentais e do Brasil como regiões de propriedades de escravos bastante grandes, em comparação com o Sul dos Estados Unidos, tornou-se consagrada na historiografia da escravidão comparada: esta imagem é, no entanto, apenas parcialmente correta, e num certo sentido enganosa. Examinando alguns dados quantitativos para uma importante região escravocrata do Brasil, e que se tornaram disponíveis recentemente, é possível não apenas colocá-los no contexto do Brasil como um todo, impondo como necessidade uma atenção especial aos complexos ajustamentos entre a propriedade da terra e de

(*) Desejo agradecer A Stephen Burmeister, que trabalhou como assistente de pesquisas neste projeto. Críticas valiosas foram feitas por Stanley L. Engerman, Eugene D. Genovese, Herbert Klein, Iraci del Nero da Costa e Russel Menard. As pesquisas para este artigo foram feitas em parte sob os auspícios da Fundação Guggenheim, 1979-80. As seguintes abreviações foram utilizadas ao longo do texto: APB — Arquivo Público da Bahia; BNRJ — Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(**) O autor é professor do Departamento de História da Universidade de Minnesota.

(1) Jordan, *Why Didn't Slaves Rebel?*, resenha de Eugene D. Genovese, *From Rebellion to Revolution: Afro-American Slave Revolts in Making of the Modern World* ((New York, 1980), em *New York Review of Books*, April 17, 1980, p. 18-20.

escravos que caracterizaram o sistema canavieiro, mas também comparar de maneira mais realista a situação brasileira com a do Sul dos Estados Unidos e a da Jamaica.

A nova evidência provém de uma das mais antigas e importantes regiões escravocratas das Américas, a capitania da Bahia, especialmente de seu interior agrícola, o Recôncavo. Esta zona, abrangendo uma vasta região de aproximadamente 10.000 quilômetros quadrados, envolvendo a Baía de Todos os Santos, foi dominada pela cidade de Salvador, capital do Brasil colonial de 1549 a 1763, mantendo-se a partir de então como importante centro regional⁽²⁾. Desde a metade do século XVI o Recôncavo era uma zona de plantação de cana-de-açúcar e um terminal importante do tráfico de escravos no Atlântico. Por volta do final do século XVII, a Bahia era o maior exportador de açúcar da colônia, e embora tenha passado por períodos difíceis na metade do século XVIII, juntamente com outras zonas de cultivo no Brasil, manteve sua posição de liderança. Em parte, este papel subsistiu pelo desenvolvimento de outras exportações, como o tabaco. Na última década do século XVIII, o Recôncavo Baiano ainda era a zona mais importante de agricultura de exportação no Brasil, e uma região caracterizada pela escravidão.

A Bahia, como o resto da América agrícola-exportadora, também foi varrida pelo vendaval dos acontecimentos revolucionários da Europa e América. A eliminação de São Domingos como produtor de cana-de-açúcar em 1793 criou novas oportunidades para outras zonas de plantio. A produção baiana cresceu na última década do século

(2) Para análises históricas mais profundas sobre a relação entre o Recôncavo e a cidade de Salvador, veja MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: A Cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo, 1978. Veja também, MURTON, F.W.O. The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840. D.Phil, thesis, Oxford University, 1974.

XVIII, acarretando níveis crescentes de importação de escravos e uma piora nas condições de trabalho. Apesar de seu fracasso, a série de revoltas de escravos que se inicia em 1807 lançou o governo e os proprietários de escravos em "terror e pânico". Em resposta à ameaça, o Governador da Bahia, o Conde de Arcos, ordenou em setembro de 1816 a realização de um censo de proprietários de escravos, a fim de determinar o número exato de escravos, quem os possuía e onde estavam localizados. Esta contagem pouco ajudou o Governo em sua tarefa de conter a onda de revoltas, mas as listas que sobreviveram representam para o historiador excelente material para o exame da estrutura da propriedade de escravos no Brasil⁽³⁾. Nestas listas estão registrados

(3) As listas sobreviventes estão em APB, Cartas ao Governo, maços 232, 233, 234. Os registros foram feitos entre Setembro de 1816 e Janeiro de 1817. As instruções exigiam que as listas incluíssem "todos os cativos, sem distinção de cor, idade ou sexo" e os nomes dos "senhores a quem pertenciam e as propriedades que cada um deles possuía". Aos escravos se exigia que certificassem que todos os proprietários de escravos haviam declarado a totalidade de suas propriedades corretamente. As listas foram provavelmente aplicadas em todas as paróquias do Recôncavo, mas aquelas relativas às paróquias suburbanas de Paripe, Cotegipe, Pirajá e Matoim, aparentemente não sobreviveram. Uma falha mais séria decorre da ausência das listas do povoado de Cachoeira e suas paróquias. Esta importante zona tinha em 1819 uma população de cerca de 69.000 habitantes, e continha 34 plantações de cana-de-açúcar. Mais importante, ainda, Cachoeira era o centro da economia do tabaco na Bahia. A ausência das listas de Cachoeira e não registro das ocupações dos proprietários nos povoados de Maragogipe e Jaguaripe, ao Sul do Recôncavo, prejudicam qualquer análise baseada na classificação ocupacional segundo a riqueza em escravos. As listas existentes, entretanto, incluem doze das dezessete paróquias do Recôncavo, localizadas em quatro dos seis principais povoados. Tanto assentamentos urbanos como rurais estão representados, uma vez que as vilas de São Francisco, Maragogipe e Jaguaripe foram registradas sepa-

...

bem mais de 4.000 proprietários de 33.750 escravos, em distritos que representam quase a totalidade das principais subáreas fisiográficas e econômicas do Recôncavo. Em 1819 a Bahia contava com uma população escrava de aproximadamente 147.000 escravos, que representavam cerca de 31% dos quase 500.000 habitantes da capitania⁽⁴⁾. Cerca de metade dos 80.000 habitantes de Salvador eram escravos, e talvez outros 30.000 escravos vivessem nas paróquias de Cachoeira, uma zona de cultivo de tabaco no Recôncavo, para a qual as listas não sobreviveram⁽⁵⁾. Os escravos restantes viviam espalhados em sítios, fazendas e minas no interior, em paróquias com agricultura mista de subsistência e de exportação no interior do Recôncavo, ou ainda nas zonas de densas florestas na costa sul da capitania. As listas sobreviventes, portanto, registram aproximadamente 23% dos escravos da capitania, e talvez metade daqueles que viviam no Recôncavo. Além disso, as listas incluem os proprietários e força escrava de 165 engenhos nas paróquias pertencentes aos povoados de São

Francisco e Santo Amaro, o que representa mais de 2/3 dos 240 engenhos do Recôncavo e quase metade dos 340 da capitania⁽⁶⁾. Os engenhos de São Francisco e Santo Amaro eram os maiores e os melhores da capitania, e devem representar o limite superior da propriedade de escravos na Bahia⁽⁷⁾. Finalmente, se alguma estrutura de propriedade de escravos no Brasil era comparável àquele existente nas ilhas do Caribe, este seria o caso do sistema de propriedade de escravos naqueles dois municípios.

A distribuição da propriedade de escravos na Bahia estava relacionada aos padrões de utilização da terra na região. Conforme se poderia esperar, os distritos ao sul do Recôncavo, voltados primariamente aos cultivos de subsistência e à produção da man-

... radamente. O que é mais importante de se salientar, no entanto, é que todas as listas das paróquias de Santo Amaro e São Francisco, o coração da economia açucareira, sobreviveram.

(4) MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872. In: Crescimento Populacional, Cadernos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), n.º 16 (São Paulo, 1974), 1-26. Veja também, MERRICK, Thomas e GRAHAM, Douglas H. *Population and economic development in Brazil, 1800 to the present*. Baltimore, 1979, p. 40-79.

(5) Em 1819, as paróquias de Cachoeira contavam 12.523 domicílios, com 77.500 habitantes, e possuíam 48 engenhos ou plantações de cana, de acordo com os viajantes alemães J.B. von Spix e C.F.P. von Martius. Subtraindo a área de Santo Amaro, incluída em seus cálculos, mas cujas listas sobreviveram, os totais para Cachoeira passam a ser 10.723 domicílios, 68.700 habitantes e 34 plantações. Veja SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, 2, 2.ª ed. portuguesa, São Paulo, 1976, p. 177.

(6) Existem 166 engenhos listados nos povoados de Santo Amaro e São Francisco, mas o Engenho do Campo, em Passé, estava inativo e foi, assim, eliminado de nossas computações. Além do mais, embora as listas para Maragogipe não identificassem o tipo de propriedade, a partir dos nomes dos proprietários de escravos foi possível identificar seis outros engenhos, de forma que o total de engenhos aparecendo nas listas sobreviventes é de pelo menos 172. Todos os cálculos posteriores, entretanto, estão baseados nos 165 engenhos em operação nos dois principais povoados do Recôncavo, Santo Amaro e São Francisco.

(7) As paróquias para as quais as listas sobreviveram são as seguintes: Vila de São Francisco, Nossa Senhora do Socorro, São Sebastião de Passé, Santa Anna do Catu, Nossa Senhora do Monte, São Gonçalo, Madre de Deus de Boqueirão (São Gonçalo e Boqueirão foram listadas de forma agregada e são analisadas conjuntamente na discussão aqui apresentada); na Vila de Santo Amaro: Nossa Senhora da Purificação, São Pedro do Rio Fundo, Nossa Senhora de Oliveira, São Domingos de Saubara; a Vila de Jaguaripe e a Vila de Maragogipe: as listas destas duas últimas vilas foram feitas por distrito, ao invés de por paróquias. Para uma breve discussão das cidades do Recôncavo, veja VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, 3 vols., Salvador, 1969, 2. p. 475-86.

dioca para os mercados locais, caracterizavam-se por pequenas propriedades que acabam por se refletir no número médio de escravos por propriedade e na relação entre a proporção de proprietários de escravos registrados e a proporção de escravos⁽⁸⁾ (veja tabela 1). O tamanho médio de propriedade em Jaguaripe e Maragogipe era sensivelmente menor do que nas paróquias de São Francisco e Santo Amaro, dedicadas ao cultivo da cana, e embora estes lugares ao sul registrassem mais da metade dos proprietários listados (54,0%), o número de escravos por eles possuído era apenas ligeiramente superior a 1/3 do total (34,1%). Jaguaripe proporciona um exemplo extremo de ausência de concentração na propriedade de escravos e de sua ampla distribuição entre os vários proprietários⁽⁹⁾. Quase 3/4

dos proprietários desta região detinham menos de 5 escravos, e apenas 25 proprietários possuíam mais de 20 escravos. As maiores unidades de propriedade eram aquelas representadas pelos poucos engenhos da região, mas estes eram na verdade muito pequenos em tamanho, e apenas três proprietários de escravos detinham mais de 50 destes.

Maragogipe era um distrito de transição, situando-se entre as atividades extrativas e fazendas de mandioca de Jaguaripe e as zonas de tabaco e açúcar de Cachoeira. Sua economia mista, incluindo cerca de 6 plantações de cana, era determinada principalmente pela mandioca, e em menor medida pelo cultivo do tabaco. Uma vez que as listas de Maragogipe não incluem as profissões ou ocupação dos proprietários, torna-se difícil avaliar os efeitos do cultivo do tabaco sobre a estrutura da propriedade de escravos, mas os resultados ligeiramente mais elevados para média e mediana em Maragogipe, em comparação com os de Jaguaripe, devem refletir a presença dos plantadores de tabaco. Além disso, o distrito de Maragogipe incluía duas plantações médias de cana — o Engenho Sinunga, de José Alexandre de Queirós, com 80 escravos, e o Engenho Capanema, de Jerônimo da Costa Almeida, com 73 escravos — além de 4 pequenos engenhos, todos eles provavelmente abastecendo-se do produto fornecido por lavradores de cana, arrendatários ou meeiros. Estas unidades maiores, associadas à produção de açúcar, elevam o número médio de escravos por proprietário, e distorcem de alguma forma a imagem de Maragogipe enquanto região de pequenos proprietários de escravos — 2/3 dos proprie-

(8) Utilizei as posses de escravos como unidades de propriedade, da mesma forma como foram registradas nas listas. Este procedimento faz sentido do ponto de vista dos escravos, uma vez que estas unidades formavam o contexto em que viviam, mas não resolve os problemas de propriedade múltipla — um indivíduo que possuía duas unidades separadas ou mais. Os dados não estavam codificadas segundo os nomes dos proprietários, de forma que foi impossível agregar diferentes posses pertencentes a uma mesma pessoa. Para as unidades maiores o problema não é tão grave, uma vez que os escravos listavam conjuntamente todas as unidades de propriedade de um único fazendeiro, de forma que as diversas posses se tornam claras. Em quatro casos, entretanto, este procedimento origina o problema oposto, porque o número de escravos é dado pelo total e não por unidade de plantação. Posses em mais de uma paróquia devem apresentar o mesmo problema, mas este não parece ter sido um caso muito freqüente. Um proprietário de escravos baiano mantinha mais de 500 escravos, e pelo menos três outros mantinham mais de 300, mas nenhuma unidade individual de propriedade era composta por mais de 237 escravos.

(9) Cinco propriedades foram eliminadas dos cálculos, devido às condições dos documentos não permitirem a leitura do número de escravos por eles possuídos.

... As listas baianas registram 4.662 unidades individuais de propriedade que, devido aos quatro casos de registro conjunto, podem ser reduzidas a 4.563 proprietários. Quando os cinco proprietários de Jaguaripe são eliminados, porque o número de escravos que possuem não pode ser determinado, o número total de proprietários passa a ser 4.648, mantendo 33.750 escravos.

TABELA 1
 PROPRIEDADE DE ESCRAVOS NO RECÔNCAVO BAIANO,
 1816-17

Paróquias	Número de Proprietários	% do Total de Proprietários	% do Total de Escravos	N.º Médio de Escravos por Proprietários	N.º Mediano de Escravos por Proprietários
Jaguaripe	1.167	25	5,071	4,5	2,6
Maragogipe	1.347	29	6,450	4,8	3,9
Santo Amaro	(1.363)	29	(12,168)	(8,9)	(3,3)
Purificação	481		4,807	10,0	3,1
Oliveira	252		1,303	5,2	2,6
Rio Fundo	491		5,178	10,5	4,2
Saubara	139		880	6,3	2,5
São Francisco	(776)	17	(10,061)	(12,9)	(4,3)
São Gonçalo	271		2,823	10,4	3,6
Socorro	72		854	11,9	2,6
Monte	125		2,448	19,5	5,1
Catú	152		1,420	9,3	4,4
Passé	156		2,516	16,1	5,6
Total	4.653	100	33,750	7,2	

tários detinham menos de 5 escravos, embora apenas 29% dos escravos vivessem em unidades daquele tamanho. Mais de 11.500 escravos viviam em Maragogipe e Jaguaripe, demonstrando claramente que a agricultura de subsistência não era exclusivamente uma atividade de camponeses livres no Brasil colonial — o trabalho escravo era aplicado de maneira constante nesta agricultura.

As paróquias dos povoados de Santo Amaro e São Francisco do Conde eram o coração da economia açucareira do Recôncavo, e continham os maiores engenhos e o maior número de escravos. Nem todas as paróquias eram semelhantes em tamanho ou outras características. Saubara, por exemplo, localiza-se ao sul dos rios Subaé e Serigi, ao longo dos quais estava estabelecida a maioria dos engenhos de Santo Amaro. Embora Saubara tivesse umas poucas plantações de cana, também produzia grandes quantidades de mandioca e de outras culturas alimentares. As paróquias de São Gonçalo e Rio Fundo, localizadas um pouco mais para interior da Baía de Todos os Santos, tinham-se desenvolvido como áreas de cul-

tivo da cana na metade do século XVIII. Estas paróquias eram, portanto, distritos açucareiros ainda em formação, e tendiam a exibir uma propriedade de escravos menos concentrada e uma economia mais diversificada do que, por exemplo, as paróquias de Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora da Purificação, mais antigas e próximas da costa. Nestas paróquias açucareiras tradicionais, o tamanho médio da posse de escravos era alto, atingindo quase 20 escravos por unidade em Monte, uma paróquia que continha 20 engenhos, três dos quais detendo mais de 150 escravos. Estas paróquias, nos povoados de Santo Amaro e São Francisco do Conde, continham menos da metade dos proprietários de escravos registrados (46,0%), mas eles controlavam quase 2/3 dos escravos listados (65,9%). A forte associação entre açúcar e escravos é certamente corroborada por estes resultados.

No contexto deste mundo rural povoado pela cana, mandioca e tabaco, as pequenas vilas e cidades eram dispersas, geralmente nas barrancas ou na foz dos rios mais importantes. Cidades como Jaguaripe, Maragogipe, ou um pouco maiores como Santo

Amaro, constituíam-se mais em locais de comércio e administração do que em centros de produção; exceto por uns poucos alambiques que produziam cachaça, e por um pequeno número de estabelecimentos artesanais, estas cidades viviam da atividade agrícola que as circundava. A propriedade de escravos, neste contexto urbano, diferia consideravelmente em escala e propósitos daquela existente no interior. Os escravos nos povoados do interior eram empregados como serventes, estivadores, cozinheiros e outras cupações domésticas e artesanais. O tamanho médio da propriedade de escravos nos meios urbanos era pequeno, e a distribuição dos escravos entre os proprietários menos concentrada do que nas áreas rurais.

A fim de discutir a propriedade de escravos na Bahia segundo uma estrutura comparativa, computei duas medidas estatísticas que são reveladoras do padrão de distribuição. O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade relativa ou de dispersão — no caso, da riqueza em escravos — partindo de uma situação hipotética de igualdade absoluta. O coeficiente de Gini varia de 0,0, ou igualdade perfeita, a 1,0 ou concentração absoluta. Quanto mais elevado o coeficiente de Gini, mais concentrada a propriedade de escravos, ou desigual a distribuição entre escravos e proprietários⁽¹⁰⁾ Como medida estatística, o índice de Gini mostra a distribuição da riqueza em escravos em um ponto particular do tempo, e proporciona uma medida para comparar diferentes distribuições em momentos e locais distintos. Além do coeficiente de Gini, foi computada a participação relativa na propriedade de escravos dos 10% maiores proprietários. Esta medida simples, expressa como porcentagem, é particularmente

sensível a variações no tamanho dos maiores proprietários.

O impacto de atividades econômicas específicas sobre a distribuição de escravos é evidente a partir destas duas medidas e da média aritmética do tamanho das unidades proprietárias de escravos no Recôncavo (veja tabela 2). A organização dos dados segundo a localização e tipo de atividade econômica, em ordem ascendente de concentrações de escravos, revela claramente a associação existente entre as medidas mais baixas e a escravidão urbana. Nas áreas rurais os índices mais baixos são encontrados nas zonas de agricultura de subsistência (mandioca), em Jaguaripe e Maragogipe; os valores ligeiramente mais elevados para Maragogipe refletem de algum modo o cultivo de cana e tabaco. A concentração da riqueza em escravos e o tamanho médio da propriedade eleva-se quando se passa da região da mandioca para as áreas de agricultura mista (mandioca e cana), atingindo finalmente os níveis mais elevados naquelas paróquias mais completamente voltadas para a produção de açúcar para exportação. Em comparação com as paróquias açucareiras tradicionais, aquelas de implantação mais tardia, como Rio Fundo e São Gonçalo — mais distantes da costa, na fronteira do Recôncavo — apresentavam em geral, com apenas uma exceção, uma concentração da riqueza em escravos mais baixa do que paróquias mais próximas à costa, como Socorro e Monte. A tabela 2 inclui ainda dados para três paróquias do interior da Bahia, e que foram obtidos de um censo não publicado de 1788⁽¹¹⁾ Estas paróquias voltavam-se em primeiro lugar para a criação de gado e agricultura de subsistência, representando um estágio intermediário na associação entre os níveis de concentração e tamanho e as formas específicas de atividade econômica.

(10) Para uma excelente descrição do índice de Gini, veja DOLLAR, Charles M. & JENSEN, Ricard J. *Historian's guide to statistics*. New York, 1971, p. 121-26. A fórmula para o cálculo do índice de Gini é:

$$G = 1 - 2 \frac{\sum_{i=1}^n P_i \text{Cum}y_i}{\sum_{i=1}^n P_i y_i}$$

(11) APB. Colônia. Recenseamentos MSS. Um arquivo com o conjunto destes censos foi criado na seção Colônia, depois que eu os descobri espalhados pela seção de Cartas ao Governo.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DE ESCRAVOS NA BAHIA

Localização (Espaço Econômico)	Coefficiente de Gini de Desigualdade	Parcela do Total de Escravos Mantida pe- los 10% Maiores Proprietários	N.º Médio de Escravos por Proprietário
Recôncavo (Urbano)			
Maragogipe	0,23	—	4,0
Jaguaripe	0,34	—	
Santo Amaro	0,36	—	
Recôncavo (Mandioca)			
Jaguaripe	0,38	—	4,5
Maragogipe	0,45	—	
Sertão (Gado-Mandioca) 1788^(*)			
Inhambupe			5,2
Agua Fria	0,48	—	
Taperagoa			
Recôncavo (Misto Açúcar- Mandioca)			
Oliveira	0,52	47%	6,6
Catu	0,55	43%	
Saubara	0,59	56%	
Recôncavo (Açúcar)			
Rio Fundo	0,62	53%	11,7
São Gonçalo	0,64	54%	
Passé	0,65	63%	
Purificação	0,67	54%	
Socorro	0,70	58%	
Monte	0,77	78%	

Fonte: Os escravos, em 1788, foram listados segundo os domicílios a que pertenciam ao invés de segundo os proprietários. O Coeficiente de Gini é calculado para os domicílios e o número médio de escravos por chefe de domicílio. Quando os escravos de todas as pessoas são incluídos, o número médio se eleva para 5,7.

Certamente os aspectos mais surpreendentes das tabelas 1 e 2 são a distribuição relativamente suave da propriedade de escravos no Recôncavo baiano e o tamanho reduzido de uma posse média. O Recôncavo era, apesar de sua diversidade, uma importante região de plantação de cana-de-açúcar, e foi o principal exportador brasileiro deste produto no início do século XIX. Neste sentido, deveria apresentar os limites superiores da desigualdade de riqueza e dos recursos que tradicionalmente estavam associados às zonas agrícolas de exportação. As concentrações de riqueza em escravos — relativamente baixas na maioria das

áreas —, os níveis moderados de concentração — mesmo nas tradicionais paróquias açucareiras próximas à costa — e a concentração bastante baixa para o Recôncavo como um todo, sugerem que nossas concepções gerais quanto à estrutura da propriedade de escravos, no último período do Brasil colonial, devam ser consideravelmente modificadas.

A produção de açúcar era uma importante atividade em várias regiões da colônia, mas as plantações e engenhos eram geralmente menores do que na Bahia. Um censo de plantações no Rio de Janeiro, em 1778,

registra 109 propriedades com uma média de apenas 36 escravos, e uma mediana de 30 escravos por propriedade (para um coeficiente de Gini de 0,35). Os engenhos de São Paulo eram de tamanho semelhante⁽¹²⁾. Assim, as plantações baianas de açúcar representavam as maiores unidades e apresentavam as mais elevadas concentrações de escravos da colônia. Não obstante, a maioria dos proprietários de escravos não se dedicava primariamente à produção de açúcar, mas estava envolvida em outras atividades econômicas ou vivendo em assentamentos urbanos, que apresentavam níveis de concentração da riqueza em escravos muito mais baixos. A escravidão, enquanto instituição, sistema econômico e forma de riqueza, estava amplamente distribuída entre a população brasileira. Ao fim da era colonial, no entanto, nem o Brasil como um todo nem o Recôncavo baiano eram mais simples plantações açúcar.

Os proprietários de escravos eram tão diversos quanto os tipos de propriedades em que os escravos eram mantidos. Homens, mulheres e instituições religiosas, todos mantinham a propriedade de escravos. Homens e mulheres possuíam escravos em taxas proporcionais, isto é, 80% dos proprietários eram homens, e estes detinham 80% dos escravos. Subtraída uma proporção menor que 1% de escravos pertencentes a instituições religiosas, cabia às mulheres enquanto grupo uma parcela proporcional a seu número, de 20% dos escravos, mas havia uma variação considerável entre as proprietárias do sexo feminino. As listas registram minuciosamente mulheres que utilizavam o título de "dona" termo honorífico de prestígio normalmente associado à riqueza, respeito e, presumivelmente, à pele branca. O tamanho médio de uma pro-

priedade para mulheres sem este título era de 4 escravos, e para mulheres registradas com o título, de 23 escravos. Estes resultados refletem o fato de que mulheres assim intituladas possuíam 27 dos engenhos da paróquias açucareiras, incluindo-se dentre eles algumas das maiores plantações da Bahia.

A propriedade feminina de escravos atingiu seu ponto máximo em Purificação, uma das mais antigas e mais tradicionais paróquias açucareiras. Ali, 13 dos 37 engenhos do distrito eram de propriedade de mulheres, que às vezes possuíam mais de uma plantação. Dona Maria Joaquina Pereira de Andrade, por exemplo, possuía duas propriedades anteriormente mantidas por Jesuítas: Pitinga, com 164 escravos, e Sergipe do Conde, com 237 escravos, que era então a maior unidade de propriedade individual de escravos no Recôncavo. Possuía ainda dois outros engenhos na paróquia, Botelho (com 66 escravos) e Santa Catarina (com 87 escravos). Para alimentar a todos eles, Dona Maria Joaquina possuía ainda três outras fazendas no distrito vizinho de Saubara, trabalhadas por outros 34 escravos. Detendo um total de 588 escravos em duas paróquias, Dona Maria Joaquina era a maior proprietária individual de escravos no Recôncavo. Seu caso é extraordinário, mas não constitui, de modo algum, o único. Sua vizinha, Dona Ana Joaquina de São José Aragão, possuía dois engenhos, São Miguel (com 64 escravos) e Rosário (com 62 escravos), e poderiam ainda ser citados outros casos de propriedade feminina de escravos em larga escala. Nos municípios de Santo Amaro e São Francisco, as mulheres possuíam cerca de 16% de todos os engenhos e 10% das fazendas de cana-de-açúcar.

A participação ativa das mulheres de elite no controle da terra e de escravos desmente algumas generalizações frequentemente feitas quanto ao papel resguardado e submisso desempenhado pelas mulheres no Brasil colonial. Mas a verdade é que havia uma incongruência entre a realidade da vida destas mulheres e os papéis

(12) Baseei os cálculos para o Rio de Janeiro em *Relações Parciais apresentadas ao Marquez de Lavradio (1778)*. RIHGB, 76: 289-360, 1913. Para São Paulo, veja QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial. *Anais do Museu Paulista*, 21: 109-277, 1967.

que delas se esperava⁽¹³⁾, situação que se torna clara em um escandaloso processo movido por irmão e irmã contra a mãe em 1800. Os filhos alegavam que sua mãe, Dona Ana Joaquina Freire, havia arruinado o patrimônio da família enquanto atuava como curadora da propriedade do pai, que incluía o Engenho Boca do Rio na paróquia do Paripê. Acusavam-na de haver se envolvido com um vizinho, fazendeiro de cana, favorecendo-o em detrimento do engenho. O mais interessante são os depoimentos das várias testemunhas, certificando que a mulher dirigia o engenho mesmo quando o marido ainda estava vivo, mas que " (. . .) a administração por uma mulher, mesmo quando ativa e eficiente, não constitui a melhor opção, enquanto regra."⁽¹⁴⁾ Qualquer que fosse a realidade da atividade econômica desempenhada pelas mulheres de elite, as posições da sociedade quanto a seus papéis permaneceram negativas.

Embora as mulheres de elite que controlavam grandes engenhos constituíssem um exemplo marcante do poder e das atividades femininas, as mulheres representavam apenas 20% dos proprietários de escravos, tendendo enquanto grupo a possuir contingentes médios menores do que os homens. Três quartos das mulheres que possuíam escravos detinham menos do que 5 deles, ao passo que apenas metade dos homens integrava esta categoria. A propriedade de escravos em pequena escala, e provavelmente mais para fins domésticos, era especialmente comum nas áreas urbanas, como no povoado de Santo Amaro, onde 30% dos escravos eram de propriedade de mulheres.

Entre os proprietários de escravos do Recôncavo contavam-se também clérigos e

instituições religiosas. Por volta de 1817, as antigas propriedades dos Jesuítas estavam já em mãos seculares, mas os Beneditinos e Carmelitas possuíam engenhos e plantações de cana. Os Beneditinos possuíam o belo engenho de São Bento de Lages, destinado a tornar-se a primeira escola de agricultura da Bahia, localizado em São Gonzalo, além do Engenho Inhatá, de menores proporções, localizado em Rio Fundo. Os Carmelitas, por seu turno, possuíam o engenho do Carmo, localizado em Passé. Os clérigos individuais que possuíam escravos eram, em grande medida, uma parte da sociedade em que viviam, nada havendo que os distinguísse dos proprietários de escravos seculares. Nas cidades, os padres mantinham um pequeno número de escravos como serventes, mordomos ou cozinheiros, mas no interior utilizavam o trabalho escravo com objetivos agrícolas. Enquanto filhos de uma elite rural, alguns padres e sacerdotes adquiriram ou herdaram engenhos e fazendas de cana. Seis padres foram registrados como senhores de engenho, e outros trinta como fazendeiros de cana. Em certos casos existiam acordos que permitiam aos padres desempenhar suas funções clericais ao mesmo tempo em que participavam da economia açucareira. Esta era a situação do Padre Rafael de Souza Gomes, que servia como capelão no Engenho Retiro e ao mesmo tempo empregava 9 escravos no cultivo da cana para o próprio engenho.

As listas dos povoados de Santo Amaro e São Francisco registram um número considerável de informações a respeito das ocupações dos 2.152 proprietários de escravos, e permitem a classificação dos mesmos segundo seu setor econômico ou produtivo⁽¹⁵⁾ (veja tabela 3). Esta clas-

(13) A.J.R. Russel-Wood desenvolveu, em um contexto diferente, uma breve discussão sobre práticas de herança: veja RUSSEL-WOOD. *Women and Society in Colonial Brazil. Journal of Latin American Studies*. 9: 1-34, 1977-78.

(14) A.P.B. *Cartas ao Governo*. Maço 209 (23 de Setembro de 1800).

(15) CLARK, Collin. *The conditions of economic progress*. 3.a ed., New York, 1960, p. 490-92. Clark definiu o setor primário da atividade econômica como aquele que fornece os produtos da agricultura e do mar, e que depende da utilização direta dos recursos naturais. O setor secundá-

sificação contém poucas surpresas, embora aquilo que está ausente talvez seja tão interessante quanto o apresentado⁽¹⁶⁾.

No setor primário, a propriedade ou controle da propriedade que mais diretamente se vinculava à economia exportadora constituía o elemento crucial na determinação do tamanho da força escrava. Este pode, entretanto, ser um raciocínio circular, uma vez que certos tipos de agricultura demandam níveis específicos de força de trabalho. Os senhores de engenho mantinham os maiores contingentes de força escrava, e representavam o estrato superior quanto à riqueza em escravos, bem como em termos de prestígio social. Dentre eles, encontramos 7 que, em vez de possuírem as plantações, alugavam-nas, e cujas posses em escravos eram consideravelmente menores do que a dos proprietários de plantações como um todo. Nenhum arrendatário pos-

suía mais do que 58 escravos, e o tamanho médio de uma propriedade de arrendatário era de apenas 37 escravos, comparado com 66 para os senhores de engenho como um todo. A operação de um engenho não constituía por si mesma uma explicação para o nível da riqueza em escravos, sendo que a propriedade da terra parece ter sido um importante fator na acumulação da riqueza.

Dada a importância da economia açucareira na Bahia e a posição tradicional dos lavradores de cana como pioneiros, poder-se-ia esperar que os fazendeiros de cana ocupassem uma posição logo abaixo dos senhores de engenho, mas em vez disto eles se seguem aos fazendeiros de tabaco e outros proprietários de fazendas. Provavelmente, esta anomalia resulta da ausência de listas para o povoado de Cachoeira, centro da economia do tabaco, e da crescente preeminência de proprietários de outras fazendas, alguns dos quais produziam pequenas quantidades de cana-de-açúcar. Dos quatro produtores de tabaco listados para os povoados de Santo Amaro e São Francisco, três possuíam menos de 9 escravos, mas um deles possuía 60, o que eleva o tamanho médio da posse de escravos a níveis inesperadamente altos. Em geral, uma fazenda grande de tabaco, no início do século XIX, deve ter possuído em torno de 25 escravos, mas muitas tinham apenas 2 ou 3. Utilizando contratos notariais de cem anos antes, Rae Flory verificou que, naquele tempo, as fazendas de tabaco valiam em média 1/3 do valor das fazendas de cana⁽¹⁷⁾.

Os outros tipos de propriedades agrícolas encontradas no Recôncavo eram a fazenda e o sítio⁽¹⁸⁾, mas as diferenças entre

... rio produz bens móveis numa base contínua, através de manufatura ou outros processos. O setor terciário inclui transportes, comunicações, comércio, finanças, serviços profissionais e o emprego doméstico, além de uma grande variedade de serviços. Na aplicação destas definições ao caso brasileiro, segui a metodologia desenvolvida por MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população. 1750-1850.* São Paulo, 1968, p. 129-35.

(16) As instruções para elaboração das listas exigiam que o nome e as propriedades dos senhores fossem listados, mas não eram claras quanto ao registro das profissões dos senhores. Em algumas paróquias como Maragogipe e Jaquaripe, nenhuma tentativa foi feita para se registrar as propriedades ou as ocupações. Em Oliveira, as listas foram organizadas ao redor das propriedades rurais, engenhos e fazendas, de forma que se pode inferir a ocupação dos donos destas propriedades; muitas pessoas, entretanto, permanecem sem ocupação nesta paróquia. Apesar destes problemas, se enfocarmos a propriedade de escravos como uma forma de riqueza, então é possível classificar as ocupações de acordo com esta riqueza, e nesse caso sugerir o poder relativo destas classes e grupos na sociedade baiana.

(17) FLORY, Rae. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725.* Ph.D. Dissertation. University of Texas, Austin, 1978, p. 182.

(18) Sítio era também o termo para se referir simplesmente a um lugar qualquer.

TABELA 3
CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE ACORDO COM A RIQUEZA EM ESCRAVOS

Atividades Ocupacional	N.º Médio de Escravos por Proprietário	N.º de Proprietários	% do Total de Proprietários
ATIVIDADES PRIMÁRIAS			
— Senhor de Engenho	65,5	165	7,7
— Plantador de Tabaco	19,3	4	0,2
— Dono de Sítio ou Fazenda	13,4	63	2,9
— Lavrador de Cana	10,5	478	22,2
— Plantador de Mandioca	6,2	128	5,9
— Lavrador de Cal	5,9	42	2,0
— Arrendatários	5,2	125	5,8
— Agregados	2,8	85	3,9
— Moradores	2,4	25	1,2
— Pescadores	1,7	3	0,1
ATIVIDADES SECUNDÁRIAS			
— Dono de Alambique	12,1	23	1,1
— Artesão	2,4	18	0,8
ATIVIDADES TERCIÁRIAS			
— Dono de Trapiche	6,0	2	0,1
— Padre	4,5	19	0,9
— Dono de Residência	4,2	41	1,9
— Burocrata ou Profissional	2,2	11	0,5
— Pequenos Negociantes	2,4	64	3,0
— Suas Agências	1,9	30	1,4
— Feitores	1,5	2	0,1
OCUPAÇÕES NÃO LISTADAS	3,4	824	38,3
TOTAL		2.152	100,0

Nota: Os valores para Senhor de Engenho representam unidades simples de propriedades (engenhos). Havia em 1816-17 quatro casos de propriedade múltipla, envolvendo 13 unidades.

eles são difíceis de precisar. As fazendas poderiam estar voltadas para atividades variadas, da criação de gado às culturas alimentares, e ocasionalmente à cana-de-açúcar. O sítio é uma denominação utilizada mais freqüentemente para fazendas de tabaco, mas não exclusivamente neste sentido. O tamanho, o tipo de cultura, a tradição e, provavelmente, a preferência pessoal, todos são fatores que influenciavam a designação da propriedade como um sítio ou fazenda. Por conveniência, associei os 51 proprietários de fazendas com os 12 proprietários de sítios; tomados conjuntamente, o tamanho médio das posses de escravos é apenas ligeiramente superior a 13 escravos. Os arrendatários de fazendas,

ou de parcelas delas, eram mais pobres tanto em relação aos proprietários de fazendas quanto em relação aos lavradores de cana, e mantinham apenas entre 1/3 e metade do número de escravos. Assim, classificando os proprietários e arrendatários de propriedades agrícolas segundo o tamanho de suas posses de escravos, tende-se a confirmar a impressão criada por viajantes, que em Pernambuco descreveram o declínio da classe dos lavradores de cana tanto em riqueza como em prestígio⁽¹⁹⁾, uma vez que processo semelhante

(19) Para uma discussão sobre o declínio no prestígio dos lavradores de cana, veja ...

parece ter ocorrido no Recôncavo baiano. Os lavradores de cana eram ainda uma classe substancial dos proprietários de escravos rurais, mas aqueles que possuíam ou controlavam a terra sob a forma de sítios ou fazendas eram aparentemente, enquanto grupo, mais ricos. Ademais, a evidência a partir do censo de 1788 sugere que entre os lavradores de cana incluía-se cada vez mais gente de cor, uma situação que no Brasil era sinal seguro de declínio no prestígio social⁽²⁰⁾.

Em uma escala diferente de riqueza estavam aqueles proprietários de escravos não diretamente vinculados à principal cultura de exportação, ou cujo acesso limitado à terra e ao capital implicava operações em pequena escala. Os plantadores de mandioca que eram proprietários das terras em que trabalhavam mantinham um número médio de escravos ligeiramente superior a 5, a mesma média possuída pelos arrendatários de fazendas. Na paróquia de Boqueirão, alguns indivíduos viviam da preparação da cal, material necessário à construção civil. Na base dos proprietários agrícolas de escravos encontravam-se aqueles indivíduos dependentes dos engenhos e fazendas. Constituído freqüentemente por pessoas de cor, libertos e seus descendentes, este segmento da população havia começado a crescer no período posterior a 1750⁽²¹⁾.

Observadores contemporâneos, no início do século XIX, sempre descreveram estas

... meu trabalho: *Elite politics and the growth of a peasantry in late colonial Brazil*. In: RUSSEL-WOOD, A. J. R. ed., *From colony to nation: essays on the independence of Brazil*. Baltimore, 1975, p. 133-54.

(20) Na paróquia de Rio Fundo, em 1788, havia treze chefes de domicílio listados como lavradores de cana, dos quais quatro eram pessoas de cor. Veja, APB. Colônia. Recenseamento MSS.

(21) SCHWARTZ. *Elite politics and growth of a peasantry*. p. 150-52.

pessoas como as mais pobres dentre a população rural livre, de forma que aqueles listados aqui como proprietários de escravos devem, com certeza, constituir a parcela mais rica de sua classe. Este grupo distribuía-se segundo duas categorias: agregados e moradores. Agregados eram indivíduos associados a uma propriedade rural ou, na verdade, a qualquer residência — vivendo como parte dela — mas que mantinham suas próprias famílias e propriedades. Na maioria das vezes eram pensionistas, parentes distantes ou simplesmente empregados que haviam sido aceitos no interior da família. Em situação mais desvantajosa estavam os moradores, a quem se permitia o cultivo de terras marginais em troca de algum trabalho ocasional ou outros serviços. Em 1817, este grupo provavelmente constituía cerca de 20% da população rural em Pernambuco. Se a situação na Bahia fosse semelhante, então a presença de apenas 25 moradores entre os proprietários de escravos seria uma forte indicação de sua pobreza.

O setor secundário inclui aquelas atividades associadas à manufatura ou produção artesanal. Nas listas do Recôncavo, o número de indivíduos com estas ocupações é muito pequeno. Existem várias explicações possíveis para esta situação, algumas estruturais e outras circunstanciais. Pode ter sido o caso, por exemplo, de que os registros incluíssem apenas "propriedades" no sentido de terras ou possessões, não havendo a preocupação de se incluir as ocupações. Havia 824 proprietários de escravos registrados sem designação ocupacional, devendo estar incluídos entre eles vários artesãos. A segunda explicação possível é a de que os artesãos, em geral, não possuíam escravos, mas isto parece improvável. Talvez a explicação mais plausível seja aquela que enfatiza o impacto da própria escravidão sobre os ofícios artesanais. No Recôncavo, muitas das tradicionais habilidades artesanais eram praticadas pelos próprios escravos. Os engenhos freqüentemente achavam mais lucrativo treinar es-

cravos como carpinteiros, ferreiros ou tanoeiros do que pagar pelos serviços a artesãos livres. Em consequência, o número relativamente pequeno de artesãos registrados pode ser resultado da erosão, no tamanho e posição social daquela classe, diante de um regime escravocrata. Santos Vilhena observou em 1798 que os negros preenchiam todos os ofícios servis ou mecânicos, o que raramente acontecia com os mulatos e menos ainda com os brancos⁽²²⁾. A única atividade manufatureira nos povoados de Santo Amaro e São Francisco era a produção da cachaça. Os alambiques variavam em tamanho, de empresas familiares com 4 ou 5 escravos, a fábricas que empregavam de 20 a 40 escravos.

O setor terciário, que inclui aquelas ocupações classificadas como "serviços", abrange na verdade uma vasta gama de atividades e profissões, muitas das quais estavam associadas às vilas e cidades do Recôncavo. Os dois proprietários de "trapiques", espécie de armazém ou depósito, obviamente proporcionavam um serviço necessário aos plantadores de cana. Mas o setor terciário abrange aqui também aqueles que foram listados simplesmente como proprietários de casas nas cidades, e para quem a propriedade de escravos era simplesmente uma forma de emprego doméstico. O mesmo poderia provavelmente ser dito dos padres que serviam no Recôncavo. Incluídos nas categorias de burocratas e profissionais estão advogados, escrivães, um médico, coletores de impostos, professores e outros funcionários de hierarquia mais baixa. Talvez a categoria de maior interesse no setor terciário seja aquela envolvida nas atividades de comércio em pequena escala: vendedores, mascates e indivíduos que simplesmente viviam de negócios. Todos aqueles listados nesta categoria viviam nas paróquias do município de São Francisco, sugerindo que os funcionários responsáveis pelos registros das paró-

quias de Santo Amaro não se preocuparam, simplesmente, em anotar esta forma de ocupação. Alguns indivíduos listados como vivendo sob a rubrica de "suas agências" provavelmente alugavam seus escravos ou colocavam-nos para trabalhar nas cidades como vendedores nos mercados ou como carregadores, vivendo desta forma dos ganhos auferidos. Ao final do século, Thomas Ewbank observou que no Brasil "(...) muitas centenas de famílias possuem um ou dois escravos, vivendo apenas dos rendimentos por eles conseguidos."⁽²³⁾

Não eram os proprietários com 1 ou 2 escravos, no entanto, que estabeleciam os padrões da economia e da sociedade no Recôncavo, mas os senhores de engenho, grandes plantadores que por dois séculos e meio dominaram a vida baiana. As listas de 1816-17 propiciam uma excelente oportunidade para se examinar a propriedade de escravos daquela classe, segundo um enfoque quantitativo, assim como analisar a organização da economia agrário-exportadora. As listas registram o nome e tamanho da força escrava de 165 engenhos, que representam 3/4 das plantações do Recôncavo e cerca de metade dos engenhos da capitania. Por volta de 1817, os efeitos da expansão da indústria açucareira, na esteira da Revolução haitiana e das guerras napoleônicas, podiam ser vistos no número crescente de engenhos. Nesta época, localizavam-se na Bahia cerca de 316 engenhos, representando um aumento de quase 100 plantações desde 1790⁽²⁴⁾. Cerca de 20 famílias tradicionais inter-relacionadas — os Calmon, Fiuza Barreto, Costa Pinto, Pires Carvalho etc. — controlavam por volta de 1/3 dos engenhos. Estas famílias "aristocráticas" eram especialmente dominantes

(22) VILHENA, Santos. *A Bahia no século XVIII*. p. 137-38.

(23) EWBANK, Thomas. *Life in Brazil: or a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York, 1856, p. 184.

(24) Quadro dos engenhos das vizinhanças da Bahia, lista 354 engenhos na Bahia e Sergipe; BNRJ, 1-7. 3,27. Veja também os cálculos em MORTON, *the conservative revolution of independence*, p. 13-19.

PROPRIEDADE DE ESCRAVOS: NOVA EVIDÊNCIA

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DE ESCRAVOS ENTRE ENGENHOS EM PARÓQUIAS DO RECÔNCAVO, 1816-17

Tamanho da Posse de Escravos	Número de Proprietários	% do Total de Proprietários	N.º de Escravos	% do Total de Escravos	Índice de Gini de Desigualdade
Vila de São Francisco (São Gonçalo, Catu, Passé, Socorro, Monte)					
5—9	0	0,0	0	0,0	
10—19	0	0,0	0	0,0	
20—39	14	17,5	408	7,4	
40—59	18	22,5	862	15,5	
60—99	34	42,5	2.759	49,6	
100—149	14	17,5	1.531	27,5	
150 ou mais	0	0,0	0	0,0	
Total	80	100,0	5.560	100,0	0.21
Vila de Santo Amaro (Rio Fundo, Purificação, Saubara, Oliveira)					
5—9	2	2,4	14	0,2	
10—19	3	3,5	49	0,9	
20—39	24	28,2	745	14,2	
40—59	14	16,5	687	13,1	
60—99	31	36,5	2.231	42,5	
	7	8,2	787	15,0	
150 ou mais	4	4,7	740	14,1	
Total	85	100,0	5.253	100,0	0.30

Nota: O número total de engenhos não inclui um deles considerado "fogo morto" (fora de operação) na paróquia de Passé na Vila de São Francisco.

nas paróquias vizinhas à costa, numa extensão não maior do que dez milhas para o interior. Frequentemente, no interior deste grupo, havia casos de propriedade com mais de uma plantação. Elas estavam particularmente bem representadas nas listas de Santo Amaro e São Francisco do Conde⁽²⁵⁾. Uma vez que os maiores engenhos estavam concentrados nestes povoados, os 165 engenhos constituem uma excelente amostra, tanto em tamanho quanto em qualidade, das plantações baianas — e que, se apresentar qualquer viés particular, será no sentido de exagerar o tamanho médio da força escrava de um engenho.

Duas características dos engenhos do Recôncavo sobressaem imediatamente. Em

primeiro lugar, havia uma distribuição relativamente suave no tamanho da força escrava entre os engenhos, ou seja, eram raras as unidades muito grandes ou muito pequenas (veja a tabela 4). O tamanho mais comum variava entre 60 a 100 escravos, mas um número considerável de plantações operava com uma força de 20 a 60 escravos (sendo que o coeficiente de Gini para a propriedade de escravos entre os senhores de engenho é baixo). Em segundo lugar, os 165 engenhos listados apresentavam em média apenas 65 escravos por propriedade, se forem contados somente aqueles escravos possuídos diretamente pelo engenho. Propriedades com uma força escrava desta magnitude não parecem ajustar-se à imagem das plantações brasileiras como um grande latifúndio, onde centenas de escravos trabalhavam sob o controle unitário e

(25) MORTON, op. cit., p. 20-29.

parcial de um senhor residente. Na realidade, apenas o Engenho Sergipe do Conde possuía uma força escrava acima de 200 homens, e somente cerca de 15% dos engenhos contavam com 100 escravos ou mais.

O ponto crucial, aqui, é que a unidade de produção, o engenho, repousava não apenas na força de trabalho pertencente a seu proprietário, mas também nos escravos dos lavradores de cana e, algumas vezes, nos escravos de outros arrendatários e empregados. O número de escravos listados para um senhor de engenho não revela em toda sua extensão a força de trabalho associada ao engenho, e quando todos os escravos são considerados⁽²⁶⁾, então se consegue uma aproximação com a magnitude das "grandes" plantações. Uma vez que a propriedade da força de trabalho estava dividida, pode-se inferir que os escravos tenham vivido em grupos menores do que aqueles até agora imaginados pelos historiadores, o que provavelmente exerceria um impacto considerável tanto sobre a vida dos próprios escravos quanto sobre a de seus senhores.

Embora seja possível falar de um número médio de escravos em um engenho baiano, parece mais útil focar a escala de plantação em termos de tamanho ótimo. Mais de 80% dos engenhos baianos possuía entre 20 e 100 escravos. Grandes engenhos, com controle direto sobre mais de 100 escravos, estavam concentrados ao longo da costa. Eram reduzidos em número, e controlavam menos de 30% dos escravos nas plantações. Se descontarmos aqueles com menos de 20 escravos — provavelmente plantações em processo de formação ou decadência — então os pequenos engenhos podem ser definidos como aqueles com entre 20 e 59 escravos, os engenhos médios entre 60 e 99 escravos, e as grandes plantações como aquelas que controlavam mais de 100 escravos, das quais os engenhos com mais de

150 escravos constituem uma subcategoria. Estes engenhos eram os que mais se aproximavam da imagem romântica das plantações coloniais de açúcar, mas eram atípicos, formando apenas pequena fração de todos os engenhos e detendo cerca de 17% dos escravos em plantações. Nem o plantador típico nem o escravo típico viveram nas grandes plantações do Brasil colonial. Mais ainda, estas dimensões de propriedade de escravos e de plantações eram bastante diversas daquelas observáveis em outras zonas de plantação de açúcar nas Américas. Na Jamaica, por exemplo, mais da metade dos escravos da ilha, em 1832, viviam em unidades com 150 homens ou mais⁽²⁷⁾.

A estrutura agrícola-exportadora de açúcar na Bahia era uma combinação complexa, na qual os engenhos constituíam as unidades cruciais de produção, servindo como centro da indústria, mas dependendo das contribuições da população rural livre que vivia ao seu redor. Esta população livre envolvia-se com os engenhos segundo uma grande variedade de contratos e arranjos, fornecendo-lhes força escrava suplementar, trabalho e administração, e uma base para créditos de capital mais larga para a indústria. Esta população não-proprietária de engenhos, formada por lavradores de cana, agregados, moradores e arrendatários, que freqüentemente possuía uma propriedade em escravos, mas raramente propriedades em terras, caracterizava, por excelência, o Recôncavo. O trabalho enquanto fator de produção não estava tão concentrado nas mãos dos grandes plantadores como em outras regiões do Novo Mundo; neste sentido, os riscos estavam mais amplamente distribuídos, e o choque de um desastre natural ou de uma queda nos preços não recaía exclusivamente sobre os plantadores. A existência destes grupos de pessoas livres, que participavam em volume significativo da agricultura canavieira, tornou a or-

(26) Para os cálculos sobre este ponto, veja p. 275-77.

(27) HIGMAN, B.W. *Slave population and economy in Jamaica: 1807-1834*. Cambridge, 1976, p. 274-75.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE DE ESCRAVOS ENTRE LAVRADORES DE
DE CANA EM PARÓQUIAS DO RECÔNCAVO, 1816-17

Tamanho da Posse em Escravos	Número de Proprietários	% do Total de Proprietários	N.º de Escravos	% do Total de Escravos	Índice de Gini de Desigualdade
Vila de São Francisco (São Gonçalo, Catú, Socorro, Passé e Monte)					
40—59	69	25,4	211	7,6	
1—4	90	33,2	590	21,3	
5—9	75	27,7	977	35,2	
10—19	36	13,3	944	34,1	
20—39	1	0,4	51	1,8	
Total		100,0	2.773	100,0	0,37
Vila de Santo Amaro (Rio Fundo, Purificação, Saubara, Oliveira)					
1—4	48	23,2	152	6,8	
5—9	66	31,9	435	19,4	
10—19	64	30,9	875	39,1	
20—39	27	13,0	695	31,1	
40—59	2	1,0	80	3,6	
Total	207	100,0	2.237	100,0	0,37

Nota: Na paróquia de Oliveira, não foram registradas as ocupações. Havia provavelmente 21 lavradores de cana que possuíam 133 escravos (ou cerca de 5,6 por cento dos escravos mantidos por lavradores de cana na Vila Santo Amaro), mas a tabela acima foi calculada sem estes lavradores e seus escravos.

ganização desta atividade mais complexa do que em outras regiões das Américas.

O principal grupo, no interior da estrutura da cultura canavieira na Bahia, era constituído por arrendatários, meeiros e pequenos proprietários que cultivavam a cana para os engenhos, sendo, portanto, chamados de lavradores de cana⁽²⁸⁾. Por volta de 1817, havia entre 3 e 4 lavradores de cana para cada engenho, embora houvesse engenhos dependendo de 10 ou mais lavradores, enquanto outros não dependiam de 1, sequer. Estes plantadores de cana possuíam seus próprios escravos e rebanhos, detendo cerca de 1/3 de todos os escravos empre-

gados diretamente na cultura canavieira. As posses de escravos dos lavradores variavam amplamente em tamanho, mas apresentavam um nível relativamente baixo de concentração (veja tabela 5). Aproximadamente 1/4 (24,5%) dos lavradores de cana eram produtores marginais, com menos de 5 escravos, e cerca de 57% mantinham menos de 10 escravos.

A disparidade existente entre lavradores de cana que possuíam 1 ou 2 escravos e aqueles que mantinham, digamos, 40, reflete a amplitude das variações sociais e econômicas no interior deste grupo, sugerindo cautela ao ser tratado como classe homogênea. Pesquisas anteriores haviam proporcionado já alguma idéia quanto ao tamanho das posses de escravos dos lavradores de cana, mas as listas de 1816-17 oferecem, pela primeira vez, oportunidade de se examinar a distribuição da propriedade de es-

(28) SCHWARTZ, Stuart B. Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril. ed., *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley and Los Angeles, 1973, p. 147-97.

cravos em sentido abrangente⁽²⁹⁾. Nos povoados de Santo Amaro e São Francisco do Conde encontramos 487 indivíduos que podem efetivamente ser identificados como lavradores de cana. Possuíam eles 5.010 escravos, resultando em um tamanho médio de posse de escravos de 10,5. Em ambos os lugares apenas pouco mais de 60% (61,7%) dos lavradores de cana, proprietários de escravos, mantinham um número entre 5 e 19 escravos, enquanto um número ligeiramente inferior a 60% (57,4) dos escravos possuídos por lavradores de cana nestas duas cidades viviam em unidades de tal porte. Esta situação torna os padrões de propriedade de escravos na Bahia bastante diferentes daqueles prevalentes em outras áreas de plantações de açúcar. Na Jamaica, por exemplo, onde as propriedades de escravos, de tamanhos pequeno e médio, haviam sido eliminadas na metade do século XVIII, apenas 11% dos escravos viviam em unidades de 5 a 20 escravos em 1832. Na Louisiana, em 1850, menos de 20% dos escravos em plantações de açúcar viviam em propriedades de 50 escravos ou menos. Mesmo em Trinidad, em 1814, com sua economia mais diversificada e não tão completamente comprometida com o cultivo do açúcar, mais de 60% dos escravos na agricultura viviam em grupos de 60 ou mais e apenas 17% dos escravos viviam em unidades de tamanho menor do que 20⁽³⁰⁾. Em contraste, 53% de todos os es-

cravos no Recôncavo viviam em grupos de 1 a 20 escravos. Esta estrutura de propriedade de escravos reflete tanto a diversidade agrícola da região quanto o papel dos lavradores de cana no interior da economia açucareira.

A existência dos lavradores de cana enquanto pequenos ou médios proprietários de escravos, e o seu envolvimento na indústria açucareira, explica a estrutura curiosa e distinta desta atividade na Bahia (e, por consequência, no Brasil). Os 165 engenhos do Recôncavo dependiam em média de 3 lavradores para cada unidade, e estes lavradores possuíam entre 10 e 11 escravos cada. Portanto, cerca de 1/3 dos escravos utilizados diretamente na agricultura açucareira eram de propriedade dos lavradores de cana, não dos engenhos⁽³¹⁾. Esta divisão da propriedade é essencial à compreensão da escala das operações da cultura canavieira na Bahia. Se a força escrava dos engenhos incluísse não apenas os escravos de propriedade dos senhores de engenho, mas também aqueles mantidos pelos lavradores

(29) *Ibid.* p. 173, e FLORY. *op. cit.* p. 30-45. Ambos os estudos oferecem estimativas sobre a propriedade da terra e de escravos entre os lavradores de cana, baseadas em documentos notariais; ambos fornecem também estimativas corretas para as faixas de tamanho das unidades, mas o que até agora se mostrava impossível era determinar a distribuição dos tamanhos de unidade entre os lavradores de cana, de forma a possibilitar qualquer cálculo quanto à concentração.

(30) HIGMAN, *Slave population and economy in Jamaica*. p. 174-75; PITMAN, Frank Wesley. *The development of the British West Indies: 1700-1763*. 2.a ed., reimp. New Haven, 1963, p. 108-127; e SCHMITZ, Mark.

... *Economic analysis of antebellum sugar plantations in Louisiana*. New York, 1977, p. 127-28. Informações sobre Trinidad foram gentilmente fornecidas pelo Professor Stanley L. Engerman.

(31) As listas de 1816-17 podem estar revelando um processo de concentração no interior da indústria açucareira. FLORY sugeriu que cada engenho necessitava uma média de quinze fazendas de cana para a produção de açúcar no Recôncavo durante o período 1680-1725; *op. cit.*, p. 31-35. Este valor incluiria tanto arrendatários quanto lavradores de cana que possuíam suas próprias terras. Se Flory está correta, então a porcentagem do total da força escrava controlada pelos lavradores de cana era provavelmente maior no início do século XVIII do que no início do século XIX. Ainda mais, se ela estiver correta, então parece ter ocorrido um processo de concentração e centralização que diminuiu o número de lavradores de cana no Recôncavo, uma vez que o número médio de lavradores declinou de um número por ela estimado, 15 por engenho, para aquele valor aqui apresentado, entre três e quatro.

PROPRIEDADE DE ESCRAVOS: NOVA EVIDÊNCIA

TABELA 6
 PROPRIEDADES DE ESCRAVOS POR ENGENHOS E LAVRADORES DE CANA ENTRE PARÓQUIAS DO RECÔNCAVO
 1816 - 17

Paróquia	Nº de Engenhos	Nº de Escravos Possuído pelos Engenhos	% dos Escravos Possuídos por Engenhos	Nº de Lavradores	Nº de Escravos Possuído por Lavradores	% dos Escravos Possuídos por Lavradores	Lavradores por Engenho
SÃO FRANCISCO							
- São Gonçalo	19	1.298	62,0	62	794	38,0	3,3
- Catu	10	482	58,8	41	338	41,2	4,1
- Monte	20	1.732	74,7	59	588	25,3	3,0
- Socorro	9	562	77,0	13	168	23,0	1,4
- Passé	22 ^a	1.486	62,7	96	885	37,3	4,4
Subtotal	80	5.560	66,7	271	2.773	33,3	3,4
SANTO AMARO							
- Purificação	38	2.560	80,5	54	622	19,5	1,4
- Rio Fundo	38	2.245	60,4	143	1.474	39,6	3,8
- Oliveira ^b	6	239	100,0	0	0	0,0	
- Saubara	3	209	59,7	10	141	40,3	3,3
Subtotal	85	5.253	70,1	207	2.237	29,9	2,4
Total	165	10.813	68,3	478	5.010	31,7	2,9

Dados: a. Os valores não incluem um engenho que era "fogo morto" (fora de operação).

b. Na paróquia de Oliveira, não foram registradas as ocupações. Havia provavelmente 21 lavradores de cana que possuíam 133 escravos (ou cerca de 35,8% dos escravos utilizados na cultura de cana), mas a tabela acima foi calculada sem estes lavradores e seus escravos.

de cana (conforme tabela 6), então o número médio de escravos por engenho elevar-se-ia a 96, resultado este muito mais de acordo com a centena de escravos estimada por vários observadores nos séculos XVII e XVIII⁽³²⁾. Declarações aparentemente contraditórias, como aquela do conselho da cidade de Salvador em 1751, estimando o número médio de escravos por engenho em 40, passam também agora a fazer sentido, devido à suposição implícita de que uma certa quantidade de trabalho adicional seria fornecida pelos lavradores de cana através de seus escravos⁽³³⁾.

Finalmente, deve ser enfatizado que os arranjos entre lavradores de cana e engenhos revelam apenas uma parte, ainda que significativa, da complexidade das estruturas de trabalho nas plantações. Nas fa-

zendas ou nas fronteiras das plantações residiam ainda outras pessoas livres que proporcionavam serviços de trabalho, tanto envolvendo-se pessoalmente quanto cedendo seus escravos aos engenhos em determinadas épocas do ano. É difícil avaliar a extensão com que estes escravos eram utilizados regularmente na agricultura açucareira, e por isto eles não foram incluídos nos cálculos do tamanho da força escrava nos engenhos. Em algumas paróquias, entretanto, alguns proprietários tiveram sua residência anotada com relação aos engenhos; torna-se, portanto, possível examinar as relações entre os donos de plantações e outros proprietários de escravos residentes. Na paróquia de Rio Fundo, os 38 engenhos dependiam em média de 4 lavradores por unidade, assim como de 2 agregados e de um outro residente, proprietário de escravos. Este grupo de outros proprietários de escravos era composto por moradores, artesãos e gerentes. Embora o tamanho médio da força escrava de um engenho em Rio Fundo fosse de 59 escravos, considerando-se apenas aqueles possuídos diretamente pela plantação, os resultados elevam-se para 112, quando os escravos de todos os proprietários associados são considerados.

(32) Para duas estimativas deste tipo, veja Discurso... descrição econômica da Comarca e da Cidade de Salvador, em AGUIAR, Pinto de. ed. **Aspectos da economia colonial**. Salvador, 1957, p. 36-37; e também RUITERS, Dirk. *A Torcha de navegação*. **RIHGB**, 269: 82-83, out./dez., 1965.

(33) **Arquivo Histórico Ultramarino** (Lisboa). Bahia/Papéis (1751) caixa 61.

Ao agregarmos todos os escravos pertencentes a dependentes do engenho como parte de sua força escrava, esta escala "reconstruída" das plantações da Bahia cai, então, numa faixa mais próxima do tamanho das plantações de açúcar encontradas no Caribe e Sul dos Estados Unidos. Esta organização complexa da propriedade de escravos e sua difusão no interior da economia açucareira tiveram importantes implicações, tanto para os escravos quanto para os senhores. Sendo a posse de escravos em pequena escala uma característica predominante na Bahia, e as posses de tamanho médio o caso mais comum na economia açucareira, coloca-se como necessidade uma revisão das antigas noções quanto às relações entre senhores e escravos e quanto à base das atitudes patriarcais bastante difundidas e que eram mantidas por alguns senhores em relação a seus escravos. Dentro das comunidades escravas, os arranjos para casamentos deveriam ser mais difíceis quando as unidades e posses de escravos eram pequenas, a menos que houvesse permissão para casamentos fora do grupo de escravos mantidos por um senhor; neste caso, ainda que o consentimento fosse garantido normalmente, os laços decorrentes da família expandida deveriam ser bastante tênues, com vários membros de uma mesma família constituindo-se em propriedade de diferentes senhores. Do ponto de vista dos fazendeiros, uma preocupação importante dizia respeito à coordenação das necessidades do engenho com relação à utilização da força de trabalho existente, da qual uma parcela considerável estava sob controle de outros; desta forma, a capacidade gerencial tornou-se crucial para o sucesso de um engenho. Não constitui, portanto, motivo de surpresa que vários fazendeiros baianos relutassem em deixar a suas propriedades, permitindo aos capatazes dirigirem as operações.

Os níveis relativamente baixos de concentração de escravos em grandes unidades, a predominância de posses de escravo

de tamanho pequeno e médio e a distribuição aparentemente ampla da propriedade de escravos entre a população livre levantam um certo número de questões, a partir dos resultados obtidos nas listas baianas. O primeiro problema diz respeito à representatividade. O Recôncavo não era a Bahia, e a Bahia não era o Brasil. Assim, é justo perguntar em que medida a estrutura da propriedade de escravos revelada pelas listas de 1816-17 refletia a situação existente na colônia como um todo. Enquanto principal zona agrícola canavieira, a Bahia deveria apresentar os limites superiores da concentração da riqueza em escravos, bem como tamanhos médio e mediano das propriedades maiores em comparação com as outras regiões brasileiras, caracterizadas pela agricultura de subsistência, cultivo do algodão, criação de gado ou outras atividades de trabalho menos intensivo que o açúcar. Informações que apóiem esta hipótese são difíceis de se obter, mas há bastante evidência, tanto direta quanto circunstancial, para sugerir sua validade.

Os únicos dados quantitativos disponíveis para comparação referem-se à zona de mineração de Minas Gerais. Com base em dados provenientes de registros locais de impostos e censos para cinco distritos, para o período de 1718 a 1804, Francisco Vidal Luna demonstrou que um proprietário médio de escravos possuía reduzido número de cativos e que a propriedade de escravos estava amplamente difundida entre a população. Em Minas Gerais, proprietários de escravos com posses entre 1 e 4 homens eram os que predominavam; poucos possuíam mais do que 40 e apenas um proprietário mantinha mais de cem escravos. Durante o século XVIII, o tamanho médio de uma posse de escravos variava entre 3,7 e 6,5 escravos (com o coeficiente de Gini entre 0,40 e 0,57), dependendo do momento e local. As posses nas zonas de mineração, portanto, eram de alguma forma menores e menos concentradas do que as do Recôncavo. Minas Gerais era uma economia es-

cravocrata de "pequena propriedade"⁽³⁴⁾. Conseqüentemente, a hipótese de que a Bahia deveria representar os níveis superiores de tamanho e concentração da propriedade de escravos encontra suporte nas conclusões de Vidal Luna, e embora outros estudos quantitativos semelhantes não existam para outras regiões, outros estudos não-quantitativos proporcionam evidências no mesmo sentido, confirmando nossa hipótese.

A escravidão no Brasil estava amplamente distribuída entre a população livre, proporcionando a base econômica da sociedade como um todo e constituindo uma forma de investimento extremamente comum e acessível. Os viajantes freqüentemente comentavam o uso generalizado e predatório de trabalho escravo, protestando contra seus efeitos morais nocivos⁽³⁵⁾. O Reverendo Robert Walsh, cidadão inglês, assim descreveu uma mulher negra liberta com sua escrava, no Rio de Janeiro:

"A jovem escrava era sua única propriedade, e ela mantinha um bom padrão de vida alugando-a como animal de carga a quem quer que fosse e qualquer que fosse o objetivo. Muitas pessoas, brancos e negros, no Rio, viviam da mesma maneira. Eles possuíam um único escravo, a quem mandavam para a rua pela manhã, exigindo uma determinada renda à noite. Os proprietários mesmo nada faziam, permanecendo

do indolentes o dia inteiro e vivendo exclusivamente desta renda."⁽³⁶⁾

Outros observadores notaram o uso de escravos, em grupos, para realizar trabalhos que um simples cavalo ou sistema de roldanas faria de maneira mais rápida e eficiente. A aquisição de escravos por pessoas de posses modestas e o seu uso predatório indicam ser esta forma de mão-de-obra barata, relativamente abundante, fácil de se obter e, mais importante, fácil de ser repostada. O ponto chave aqui parece ser o próprio tráfico de escravos: ao longo de todo período colonial o comércio de escravos operou geralmente em níveis superiores àqueles necessários, apenas para compensar as perdas naturais, buscando em determinados períodos também atender às demandas criadas pela expansão econômica. Embora os fazendeiros invariavelmente reclamassem quanto aos preços, as evidências sugerem que a propriedade de escravos era um objetivo relativamente acessível, garantindo, seja por razões de prestígio, seja por motivos econômicos, um razoável retorno sobre o investimento.

As observações moralistas de viajantes estrangeiros, alguns deles vinculados a causas abolicionistas, não podem ser tomadas em termos absolutos no que diz respeito à distribuição da propriedade de escravos no Brasil. Embora listas como aquelas obtidas dos censos de 1816-17, na Bahia, proporcionem informações excelentes sobre a distribuição dos escravos entre os proprietários, elas não chegam a resolver uma outra questão, talvez mais importante: que parcela da população brasileira participava, enquanto proprietária, da instituição escravista? Tal questão é mais complexa e difícil do que aparenta. Dado que os censos no Brasil colonial fossem notoriamente pobres em informações, e freqüentemente contraditórios, a simples definição do tamanho da popula-

(34) LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores — análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios. Dissertação de Doutorado, São Paulo, IPE-USP, 1981, p. 157.

(35) Este tipo de observação e argumentação era típico de muitos dos viajantes estrangeiros no século XIX. Para um guia a esta literatura, veja CARDOZO, Manoel. Slave in Brazil as described by americans: 1822-28. *The Americas*, 17: 241-60, 1961.

(36) WALSH. *Noticies of Brazil in 1828 and 1829*, 2. Boston, 1831, p. 20.

ção não constitui tarefa fácil. Alterando-se ligeiramente a questão: ao se calcular a distribuição da riqueza, deveríamos considerar os próprios escravos como parte da população?⁽³⁷⁾ Os escravos eram seres humanos, e não apenas propriedade, representando cerca de 30% do total da população ao final da era colonial. Obviamente, sua inclusão nas estimativas de distribuição da riqueza iria afetar os resultados. A falta de dados demográficos mais precisos acarreta ainda, outro problema: se a aquisição de riqueza pode ser enfocada como cumulativa, portanto ligada à idade, então, quanto mais velho um indivíduo, maior a probabilidade de possuir certa riqueza em escravos, bem como maior seria o número deles possuídos pelo indivíduo; ora, sem dados que especifiquem a idade, a análise da distribuição de escravos no seio de uma população torna-se mais difícil⁽³⁸⁾.

Dados estes problemas, uma forma de abordar a questão da difusão da propriedade de escravos é determinar o número de unidades familiares que possuíam escravos co-

mo uma função do número total de famílias. Esta medida, um tanto simples, pode fornecer uma idéia do grau de penetração e difusão da escravidão na sociedade brasileira. A impressão geral derivada das listas baianas, apontando para uma ampla difusão da propriedade de escravos, encontra suporte em evidências esparsas de outras regiões do Brasil. Cerca de metade das famílias nos centros urbanos de São Paulo e Ouro Preto, por exemplo, possuíam pelo menos um escravo. Em São Paulo, esta porcentagem decresceu entre 1778 e 1836, mas mesmo nesta última data 46% das famílias livres na cidade possuíam escravos. Em Ouro Preto, capital do antigo distrito de mineração de Minas Gerais, os resultados apontam para 41% das famílias como possuidoras de escravos em 1804⁽³⁹⁾. Este nível de distribuição em áreas urbanas é confirmado por um censo publicado para a paróquia de São Pedro, na cidade de Salvador, em 1775⁽⁴⁰⁾, indicando que 47% das famílias naquela paróquia central possuíam escravos. A evidência é sem dúvida esparsa, mas reforça a impressão dada por viajantes estrangeiros, de que a escravidão era uma instituição generalizada nas cidades e vilas do Brasil.

Mais difícil é estabelecer a proporção de famílias proprietárias de escravos nas áreas rurais. Em parte, o problema deriva da ausência de fontes, mas, além disto, a variedade de ambientes econômicos e ecológicos no Brasil transforma em fator de risco qualquer tentativa de generalização de uma região para outra. Uma primeira evidência mais antiga, quanto à ampla difusão

(37) Para uma discussão sobre como contar os escravos nos cálculos da distribuição da riqueza, veja GALLMAN, Roberto E. Trends in the size distribution in the nineteenth century: some speculations. In: SOLTOW, Lee, eds., *Six papers on the size distributions of wealth and income*. New York, 1969, p. 1-24. E, para uma interessante abordagem ao problema, veja LOWE, Richard & CAMPBELL, Randolph. Slave property and the distribution of wealth in Texas, 1860. *Journal of Economic History*. 63: 316-24, 1976.

(38) A questão da distribuição da riqueza gerou uma literatura ampla e bastante discutida sobre a história dos Estados Unidos. MAIN, Gloria L. identificou algumas das principais tendências e problemas contidos nesta literatura; veja *Inequality in early America: the evidence from probate records of Massachusetts and Maryland*. *Journal of Interdisciplinary History*, 7: 559-82, 1976-77. De grande auxílio foi a obra de WILLIAMSON, Jeffrey G. & LINDERT, Peter. Long-term trends in American wealth inequality. Unpublished paper, cópia gentilmente cedida pelos autores.

(39) KUZNESOF, Elizabeth Anne. Household composition and the economy and urbanizing community: São Paulo, 1765-1836. Ph. D. Dissertatiton, University of California, Berkeley, 1976, p. 135-40; e COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população, 1719-1826*. São Paulo, IPE-USP, 1979, p. 164.

(40) COSTA, Avelino Jesus da. População da cidade da Bahia em 1775. *Actas: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros — 1*. Coimbra, 1965, p. 191-205.

da propriedade de escravos, pode ser encontrada em um censo para o povoado de Moucha, na capitania do Piauí, caracterizado pela criação de gado e pela agricultura de subsistência. Das 302 famílias registradas na paróquia em 1762, os escravos estavam presentes em 209 (ou 69,2%) delas. Nas propriedades voltadas para a pecuária, cerca de 90% dos "fogos" continham pelo menos um escravo⁽⁴¹⁾ Evidência semelhante não pode ser encontrada para o Recôncavo, mas um censo não publicado de 1788, e que incluía algumas paróquias pouco além do Recôncavo, permite o cálculo da presença ou não de escravos. Em Inhambupe, um distrito com alguma produção açucareira, bem como de criação de gado e lavouras alimentares, registravam-se 115 "fogos" livres, dos quais 56 (48,7%) continham escravos; e em Água Fria, apenas 6 dos 69 "fogos" não continham pelo menos um escravo. Na capitania de São Paulo, uma região caracterizada principalmente por um campesinato rural disperso, cerca de um quarto dos "fogos" continha escravos. Esta proporção declinou levemente entre 1798 e 1818, à medida que a capitania se desenvolvia no sentido da produção de lavouras de exportação, quando uma maior concentração da riqueza passava a ocorrer. Não obstante, a propriedade de escravos em pequena escala era regra em São Paulo; em suas comunidades agrícolas cerca de 45% dos proprietários de escravos mantinham menos do que 3 deles, e cerca de 2/3 dos proprietários possuíam 6 escravos ou menos⁽⁴²⁾

Finalmente, outro demonstrativo da generalização da propriedade de escravos e da penetração desta instituição pode ser encontrado na evidência, hoje substancial, da propriedade de escravos por antigos escravos (libertos). Mahommah G. Baquaqua africano ocidental escravizado no Brasil antes de chegar aos Estados Unidos, onde veio a publicar sua história, comentou quase ter sido comprado por um homem de cor, no Rio de Janeiro. "A propriedade de escravos" afirmou, "é gerada pelo poder, e qualquer um, possuindo os meios para comprar seu semelhante, ainda que com sobras miseráveis de seu orçamento, pode tornar-se um proprietário de escravo, não importando sua cor, credo ou nacionalidade, e (...) as pessoas de cor, tão logo tivessem algum poder, escravizariam seus companheiros da mesma forma que o homem branco."⁽⁴³⁾ Ainda que o abolicionista que registrou a história de Baquaqua possa não se ter dado conta das funções alternativas que a propriedade de escravos pudesse ter para pessoas de cor, a evidência quanto à propriedade de escravos por libertos é bastante clara. Um estudo de 259 cartas de testamento deixadas por antigos escravos no século XIX, na Bahia, revela que 203 (78,3%) deixaram pelo menos um escravo entre suas propriedades⁽⁴⁴⁾. Em Minas Gerais, entre 1743 e 1811, os libertos constituíam entre 3,3% e 14,6% dos proprietários de escravos. No distrito diamantífero de

(41) MOTT, Luiz R. B. Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí-colonial: um caso de povoamento rural centrífugo. *Ciência e Cultura*, 30: 1196-1210, 1978.

(42) MARCÍLIO, Maria Luiza. Tendência e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo segundo as listas nominativas de habitantes, 1765-1828. *Estudos Econômicos*, 2: 131-44, 1972. Veja também VILLEMS, Emilio. Social differentiation in colonial Brazil. *Comparative studies in society and history*. 12: 31-40, 1969-70 e Tabela 2 deste estudo. CARDOSO, Fernando Henrique, salientou a ausência de con-

... concentração de escravos nas mãos de agricultores poderosos nos primeiros anos do povoamento do Rio Grande do Sul; veja, **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo, 1972, p. 47.

(43) Baquaqua, citado em MOORE, Samuel. *Biography of Mahommah G. Baquaqua, a native of Zoogoo, in the interior of Africa...* Detroit, 1854, p. 48. Baquaqua trabalhava como assistente de padeiro, tornando-se então marinheiro em viagens costeiras entre o Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(44) OLIVEIRA, Maria Ines Cortes de. *O libertado: o seu mundo e os outros*. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1979, p. 90.

Serra do Frio, em 1738, mais de 22% dos proprietários de escravos eram antigos escravos⁽⁴⁵⁾. A grande maioria dos proprietários libertos possuía 1 ou 2 escravos, mas apenas a sua presença como proprietários de escravos indica que mesmo o grupo mais em desvantagem dentre as pessoas livres poderia (e de fato o fazia) participar da instituição da escravatura enquanto proprietários. Na realidade, existem até mesmo casos documentados de escravos que "possuíam" escravos⁽⁴⁶⁾.

Estas evidências, esparsas no tempo e espaço, apontam todas na mesma direção. Havia uma larga distribuição da propriedade de escravos entre a população livre, e um amplo segmento da população participava diretamente do sistema. Nas cidades, a probabilidade de um indivíduo livre viver em uma casa com pelo menos um escravo era de 50%. Nas áreas rurais a amplitude era maior, dependendo da economia local, variando de cerca de 25% das unidades familiares em São Paulo, até mais de 90% em algumas paróquias do nordeste. Mais ainda, os coeficientes de Gini calculados com base nestes dados esparsos indicam que a concentração da riqueza em escravos era relativamente baixa. Em resumo, a evidência disponível sugere fortemente que a escravidão, enquanto instituição e forma de propriedade, permeava a sociedade brasileira, repousando sobre a participação de um

amplo espectro da população, incluindo mesmo pessoas nas condições mais humildes.

Esta análise até agora desenvolvida não se destina a apoiar uma argumentação de "democracia econômica" no Brasil colonial. Longe disto, se os níveis de concentração da riqueza são considerados "grandes" ou "pequenos" depende das perspectivas individuais e de alguns tipos de perspectiva comparativa. O nível de concentração da propriedade de escravos no Recôncavo baiano apresentava um índice de Gini moderado de 0,59, bastante semelhante àquele encontrado para o Sul dos Estados Unidos e bastante diferente daquele prevalecente na Jamaica. Aquele resultado, entretanto, pouco nos diz quanto à distribuição da riqueza entre a população inteira. Ainda que não existam dados que permitam um exame da distribuição geral da riqueza na Bahia, esta análise para a propriedade de escravos demonstra que o nível de concentração era menor do que se poderia esperar em se tratando de uma economia colonial, voltada para a exportação e baseada no trabalho escravo.

Comparações entre diferentes momentos, lugares e culturas, são sem dúvida problemáticas, mas podem oferecer um contexto em que a análise de um caso específico possa ser utilizada para examinar padrões mais gerais — neste caso, relativos à propriedade de escravos. Recapitulando, os engenhos proprietários de escravos no Recôncavo eram geralmente menores do que supunham os historiadores; a maioria dos proprietários possuía menos do que quatro escravos, e cerca de metade dos escravos vivia em unidades menores do que vinte — isto numa região tradicionalmente associada à economia açucareira. Quão surpreendentes estes resultados podem parecer, podemos avaliar pela comparação com outras regiões escravocratas da América. A propriedade de escravos parece ter sido um pouco mais concentrada no Sul dos Estados Unidos pela metade do século XIX do que ao final da era colonial, no Brasil, e a concentração da terra e de escravos parece ter

(45) LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. *Ciência e Cultura*. São Paulo, SBPC, 32: 836-81, 1980. Os autores enfatizaram que a maioria dos proprietários de escravos libertos eram mulheres, mas não forneceram nenhuma relação da população de libertos segundo o sexo, de forma que a significância desta distribuição não fica clara.

(46) Para o fenômeno de escravos "possuírem" escravos, veja meu trabalho, *Manumission of slaves in colonial Brazil: Bahia, 1684-1745*. *Hispanic American Historical Review*. 54: 603-35, 1974.

diferido entre as duas regiões. Mas, deixando de lado estas pequenas diferenças, o que realmente surpreende é a semelhança em termos gerais entre a propriedade de escravos na Bahia e nos Estados Unidos, especialmente quando estes padrões são comparados com os regimes escravocratas do Caribe.

Os estudiosos nos Estados Unidos realizaram um exame intensivo dos padrões da propriedade de escravos entre 1790 e 1860. Estes estudos conduziram a uma série de conclusões quanto à desigualdade da distribuição da riqueza antes da Guerra Civil, quanto à estrutura da economia no Sul e ao papel da escravidão em seu interior. Muitos destes estudos enfatizaram variações regionais consideráveis nos padrões da propriedade de escravos, de acordo com o tipo de solo e atividade econômica, numa abordagem que ressalta a diversidade da economia sulista. Não obstante esta diversidade, todos os resultados até hoje alcançados também tornam claro que, antes de 1850, a instituição da escravidão estava amplamente difundida no Sul e que aproximadamente um terço de todas as unidades familiares a ela estavam associadas pela propriedade de escravos. Apesar de uma longa tradição historiográfica que se concentrou no estudo da atividade econômica e poder político da classe dos grandes plantadores, estudiosos tão diversos quanto Lewis Gray, Frank Owsley e Gavin Wright observaram a importância dos pequenos proprietários de escravos e de terras.⁽⁴⁷⁾ Gray falou em um (...) "grande número de pequenos proprietários de escravos, homens aos quais difi-

cilmente se poderia chamar plantadores (...) Sua principal ambição é produzir algodão e possuir escravos."⁽⁴⁸⁾ Wright, ainda que não desejando superestimar a igualdade da distribuição da riqueza no Sul, observou mesmo assim que em várias questões pouco havia que diferenciasse as atitudes dos grandes plantadores daquelas dos pequenos proprietários de escravos, e que "(...) a maioria que possuía escravos não era de qualquer forma estreita — representando grosso modo cerca de metade do Sul algodoeiro, e pouco mais do que um quarto das famílias, quando considerados os estados escravocratas como um todo".⁽⁴⁹⁾ Com base nestes resultados, Wright argumentou de maneira convincente que os interesses da sociedade sulista no regime escravocrata estavam apoiados em uma ampla base.

A existência de uma seqüência de censos a partir de 1790 permitiu aos historiadores do Sul dos Estados Unidos estabelecer uma base quantitativa firme para o estudo da propriedade de escravos naquela região. A principal motivação de muitos estudos foi utilizar a propriedade de escravos como medida de riqueza, para então comparar sua concentração com padrões no Norte dos Estados Unidos, ou então traçar as mudanças ocorridas ao longo do tempo, mas os resultados alcançados permitem vislumbrar a estrutura da propriedade de escravos nos estados do Sul.⁽⁵⁰⁾ As atenções concentraram-se na estrutura, no período imediatamente anterior à Guerra Civil, especialmente nos anos 1850 a 1860, mas o trabalho de Lee Soltow, utilizando dados de 1790 e 1830, é especialmente interessante para compa-

(47) Para uma resenha crítica desta literatura, veja WRIGTH, "Economic Democracy" and the concentration of wealth in the cotton south, 1850-1860. *Agricultural History*. 44: 63-94, 1970. NIEMI JR. Albert W. extrapolou as conclusões de Wright quanto ao Sul algodoeiro para todo o Sul dos Estados Unidos; veja Inequality in the distribution of slave wealth: the cotton south and other southern agricultural regions. *Journal of Economic History*. 37: 747-53, 1977.

(48) GRAY. *History of agriculture in the southern United States to 1860*. 1, Washington, 1932, p. 500.

(49) WRIGTH. *The political economy of the cotton south: households, markets and wealth in the nineteenth century*. New York, 1978, p. 142-44.

(50) Veja por exemplo, MAIN, *op. cit.*, p. 559-82; SOLTOW, Lee. *Man and wealth in the United States, 1850-1870*. New Haven, 1975; e WILLIAMSON & LINDER, *op. cit.*

ração com os dados referentes ao final do período colonial, aqui apresentados. Soltow examinou uma área envolvendo quatro regiões — Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e o Distrito de Colúmbia — em 1790, verificando que o tamanho médio de uma posse era de 8 escravos, e que um terço das famílias possuía escravos.⁽⁵¹⁾ O coeficiente de concentração de Gini era de 0,60, um nível considerado moderado. Todos estes índices variam ligeiramente em 1830, quando o tamanho médio de uma posse eleva-se para 9,6 escravos, e o índice de Gini declina em um décimo percentual para 0,59. Soltow também calculou estas estatísticas para o conjunto dos quatorze estados do Sul, em 1830, tendo encontrado apenas pequenas variações com relação a sua amostra de quatro regiões. Sua principal conclusão é de uma notável estabilidade nos padrões da propriedade de escravos, pelo menos até 1830, embora no conjunto desses padrões mais gerais houvesse consideráveis diversidades regionais.⁽⁵²⁾

Em acentuado contraste com os Estados Unidos, encontram-se as plantações nas ilhas do Caribe. Naquela região, o predomínio era das grandes plantações, e a relação entre brancos e escravos no contexto da população era muito mais baixa do que nos Estados Unidos. A história de como o açúcar tornou “negras” as ilhas do Caribe já foi contada em outros lugares e não necessita ser repetida aqui, ainda que os resultados sejam significantes para fins comparativos. Ao final do século XVIII, as maiores ilhas britânicas e francesas caracterizavam-se por grandes unidades agrícolas e por uma população predominantemente escrava. Granada, nos anos de 1780, por exemplo, possuía uma população escrava de 91,%; a

população de São Domingos, em 1779, era de 86% escrava.⁽⁵³⁾

A Jamaica, uma grande ilha com paisagens diversificadas, também ajustava-se a este padrão. Uma contagem cuidadosa da população escrava, realizada durante o período de emancipação, permite-nos examinar a estrutura da propriedade de escravos nesta ilha, em 1832. Na Jamaica os escravos totalizavam 86,5% da população, e mais da metade deles vivia em grandes plantações com mais de 150 escravos.⁽⁵⁴⁾ O tamanho médio de uma posse de escravos era de 25, e o coeficiente de desigualdade de Gini era de 0,83. A Jamaica, qualquer que seja a perspectiva, apresentava no geral uma configuração demográfica que se assemelhava à definição dos grandes sistemas agrícola-exportadores: os escravos, vivendo em grandes propriedades, predominavam na população, e as grandes propriedades dominavam a economia. A propriedade de escravos na Jamaica situava-se em uma escala diferente daquela dos Estados Unidos. Naquela ilha, 61,5 por cento dos escravos viviam em plantações com mais de cem escravos. Nos Estados Unidos, em 1850, apenas 8,6% dos escravos viviam em unidades daquele tamanho; e, se apenas o Extremo Sul for considerado, os resultados elevam-se apenas a 14,1%.⁽⁵⁵⁾

Quando os dados analíticos relativos às listas de proprietários de escravos na Bahia são comparados com dados semelhantes para o Sul dos Estados Unidos e Jamaica, torna-se claro que a estrutura da propriedade de escravos na Bahia colonial assemelha-se muito mais àquela prevalecente no Sul dos Estados Unidos no período imediatamente

(51) SOLTOW. Economic inequality in the United States in the period from 1790 to 1860. *Journal of Economic History*. 31: 822-39, 1971.

(52) *Idem*, p. 29-31.

(53) WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: the history of the Caribbean, 1492-1969*. New York, 1970, p. 104-117, 282-85; e HIGMAN, *op. cit.*, p. 45-61, 274-75.

(54) Estes cálculos foram baseados nas tabelas apresentadas por HIGMAN, *op. cit.*, p. 274-75.

(55) GRAY, *op. cit.*, p. 530.

PROPRIEDADE DE ESCRAVOS: NOVA EVIDÊNCIA

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO COMPARATIVA DA PROPRIEDADE DE ESCRAVOS NA BAHIA, JAMAICA E SUL DOS ESTADOS UNIDOS

Local e Área	Nº Médio de Escravos por Proprietário.	Nº Mediano de Escravos ... Por Posse.....	Coefficiente de Gini de Desigualdade.....	Proporção Média de Famílias que Possuíam Escravos.	% de Pessoas Livres de Cor na População Total	% de Pessoas Livres de Cor na População Total
BAHIA (1816-17)	7,2	29,0	0,590	0,25-0,50	30,8 ^a	40,0(?)
JAMAICA (1832)	25,0		0,825		86,5	3,0(1800)
SUL DOS EST.UNIDOS						
- 4 Regiões - 1790	8,0		0,602	0,34	33,5	
- 4 Regiões - 1830	9,6	-	0,599	0,33	-	3,4(1820)
- Sul Inteiro-1830	8,7	20,6 ^b	0,597	0,36	33,5	

Dados: a. Dados para a Bahia em 1819 retirados de Joaquim Norberto de Souza e Silva (1870), conforme apresentados por MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira até 1872, *Crescimento populacional, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento*, nº 16, São Paulo, 1974, p. 14.

b. Estimativa de GRAY, Lewis para 1850; veja sua *História da agricultura no Sul dos Estados Unidos até 1860*, 1 Washington, 1932, p.500

Fonte: Para o Sul, SOLTOW, Lee. Economic inequality in the United States in the period from 1790 to 1860, *Journal of Economic History*, 31 (1971): 825-28; e GRAY, *History of agriculture*, p. 482, 529-40. Para a Jamaica, HIGMAN; B.W. *Slave population and economy in Jamaica, 1807-1834*, Cambridge, 1976, p. 144-45, 374-75; e HALL, Douglas. Jamaica, em COHEN, David H. e GREEN, Jack P. eds., *Neither slave nor free: the freed men of african descent in the slave societies of the new world*. Baltimore, 1972, p. 194. Para a Bahia, veja MERRICK, Thomas & GRAHAM, Douglas H. *Population and economic development in Brazil, 1800 to the present*. Baltimore, 1979, p. 66.

anterior à Guerra Civil do que à situação na Jamaica pré-emancipação. A proporção de escravos na população total, o tamanho médio das propriedades, o coeficiente de concentração da propriedade e a porcentagem de escravos vivendo em grandes plantações, todos estes são fatores que aproximam muito mais o Recôncavo e o Sul dos Estados Unidos entre si do que cada um deles ao quadro vigente na Jamaica (conforme Tabela 7). A Bahia, enquanto zona de economia açucareira, apresenta um resultado para o número mediano de uma propriedade mais elevado que aquele apresentado pelo Sul dos Estados Unidos em 1850 (29,0 e 20,6 respectivamente), mas o extremo Sul, dada a sua estrutura agrícola, fornece um termo de comparação melhor, com uma mediana para o tamanho de propriedade bastante semelhante, de 30,9 escravos.⁽⁵⁶⁾ Em apenas um aspecto, provavelmente, a Bahia situava-se numa posição distante tanto dos Estados Unidos quanto da Jamaica, e, virtualmente, de todas as sociedades baseadas no escravismo nas Américas: a porcentagem da população baiana composta por pessoas livres de cor era de aproximadamente 40% ou mais.⁽⁵⁷⁾ Na porção superior do Sul dos

Estados Unidos as pessoas de cor nunca constituíram mais do que 6% da população livre antes de 1850, enquanto no extremo Sul a porcentagem era cerca de metade daquele resultado. Sem dúvida, nos Estados Unidos pessoas livres de cor tinham a oportunidade de se mudar para o Norte, mas em 1820 apenas 3,4% do total da população nos Estados Unidos era composto por pessoas livres de cor. Este mesmo resultado em 1850 havia caído para 1,8%. Na Jamaica, com sua população branca bastante pequena, pessoas livres de cor em 1800 constituíam apenas 3 por cento das pessoas da ilha, mas representavam um terço de seus habitantes livres⁽⁵⁸⁾ Da mesma forma, proporções semelhantes eram encontradas em outras ilhas britânicas. Unicamente nas ilhas do Caribe que constituíam possessões espanholas, Cuba e Porto Rico, as pessoas livres de cor constituíam parcela da popu-

(56) *Ibid.* p. 530-39.

(57) Não existe um censo adequado para a Bahia, no período em questão, que forneça informações quanto às proporções relativas entre libertos e população escla-

... va. Podemos encontrar, no entanto, dados para Minas Gerais em 1821, onde as pessoas livres de cor constituíam 40% da população. Observações e comentários de viajantes levaram-me a crer que a proporção, na Bahia, certamente não era menor (sendo provavelmente maior) do que em Minas Gerais. Veja especialmente KLEIN, Herbert S. *Nineteenth-century Brazil*. In: COHEN, David W. & GREENE, Jack P. eds. *Neither slave nor free*. Baltimore, 1972, p. 309-310.

(58) *Id. ibid.* p. 335-40.

lação que apenas se aproximava da proporção existente no Brasil.

A própria economia açucareira impunha certos padrões e estruturas à escravidão e propriedade de escravos, de forma que seria útil separar a Louisiana dos Estados Unidos como um todo e do Sul enquanto região, a fim de observar os padrões existentes naquela área canavieira. Infelizmente, dados para o início do século XIX não estão disponíveis, mas dados para 1850 — isto é, 30 anos depois das listas baianas — puderam

ser utilizados. Não surpreendentemente, a estrutura da propriedade de escravos na Louisiana estava, em vários aspectos, mais próxima daquela existente nas ilhas canavieiras do Caribe. Mais de 20% dos escravos neste estado viviam em unidades de mais de cem deles, comparados com 8,5% para o Sul como um todo. Embora grandes unidades fossem mais freqüentes na Louisiana do que em qualquer outro estado, ainda assim mais de um terço dos escravos da Louisiana viviam em unidades com menos de vinte deles, enquanto mais da meta-

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO COMPARATIVA DE ESCRAVOS E SEUS PROPRIETÁRIOS SEGUNDO O TAMANHO DA POSSE EM ESCRAVOS
(em porcentagem)

Tamanho da Posse	Recôncavo (1.816-17)	BAHIA		Sul (1790)	ESTADOS UNIDOS	
		Paróquias Açucareiras (1816-17)	JAMAICA (1832 ^a)		Sul (1.830 ^b)	Louisiana (1.850 ^b)
Escravos						
1—9	36,3	24,9	8,7	29,9	28,5	20,2
10—19	17,1	15,2	6,3	26,3	27,4	15,0
20—49	17,1	20,6	9,5	28,0	25,3	23,4
50—99	20,2	27,7	14,0	9,3	10,3	20,5
100—199	8,7	10,5	25,6	4,5	6,2	15,5
200 ou mais	0,7	1,1	35,9	1,9	2,2	5,4
Proprietários de Escravos						
1—9	83,6	76,5	69,1	79,3	73,4	73,5
10—19	9,5	11,5	11,2	13,5	17,1	12,7
20—49	4,3	6,9	7,5	6,4	7,7	8,5
50—99	2,1	3,7	4,6	1,3	1,4	3,5
100—199	0,5	1,4	4,4	0,4	0,4	1,3
200 ou mais	0,0 ^c	0,0 ^c	3,2	0,0 ^c	0,0 ^c	0,5
Proporção dos Proprietários e de Apenas 1 Escravo em Relação ao Total de Proprietários						
	0,23	0,20	0,11	0,24	0,20	0,13

Fonte: a. Os cálculos para a Jamaica estão baseados em HIGMAN, *Slave population and economy in Jamaica*, p. 724-75. As categorias de Higman para tamanho são 1—5, 6—10, 11—20, 21—30, 31—40, etc. Estas divisões incham as porcentagens nas unidades de tamanho mais baixo. A taxa de proprietários com apenas 1 escravo em relação ao total de proprietários foi calculada dividindo-se a categoria 1—5 por 5; isto certamente superestima a taxa, uma vez que o número de proprietários com 2 escravos supera o número com 1 escravo na maioria das distribuições.

b. Os cálculos para o Sul dos Estados Unidos em 1790 e 1830 estão baseados em SOLTOW, *Economic Inequality in the United States*, p. 825, utilizando-se um ponto médio em cada estrato de tamanho para estimar o número de escravos em cada classe. As porcentagens para Louisiana são calculadas do mesmo modo a partir de DE BOW, J.D.B. *Statistical View of the United States*. [Seventh Census] Washington, 1854, p. 95.

c. Nestes casos, a porcentagem era menor do que 0,1.

de dos proprietários de escravos possuíam menos do que cinco.⁽⁵⁹⁾ Havia semelhanças notáveis entre a distribuição percentual das unidades proprietárias de escravos nas paróquias açucareiras baianas e na Louisiana. A principal diferença reside na maior porcentagem de escravos que na Bahia eram mantidos em grupos de 50 a 99, refletindo um tamanho menor da força escrava nas plantações e a dependência dos engenhos com relação a escravos mantidos pelos lavradores de cana. Sem que se encontrasse na Louisiana semelhante classe de lavradores de cana, as plantações neste estado eram maiores, e mais de 20% dos escravos residiam em unidades com mais de cem deles. (veja Tabela 8).

Quando a distribuição da propriedade de escravos, de acordo com o tamanho das unidades, é examinada conjuntamente para as três regiões, a similaridade entre a Bahia e os Estados Unidos, e a diferença entre os dois e a Jamaica, são evidentes (conforme Tabela 8). Tanto no Sul dos Estados Unidos quanto no Recôncavo baiano menos de dez por cento dos escravos viviam em unidades com mais de cem deles, valor que atinge 60% na Jamaica. A ênfase provavelmente deve ser colocada mais nas semelhanças existentes entre Estados Unidos e Bahia, no que diz respeito à base da distribuição, do que no que se refere ao topo da escala de propriedades, ou seja, no número de escravos e proprietários associados com unidades com menos de cinco escravos. Provavelmente, os valores para o Brasil como um todo devam ser tão altos ou maiores, dada a sua diversidade econômica. Para os Estados Unidos, é possível fornecer estimativas comparáveis para 1790, 1830 e 1850. A tendência, ao longo destes 60 anos, foi de um declínio nas taxas de pequenos proprietários de escravos em re-

lação ao total deles, mas a proporção permaneceu mais ou menos a metade, ao longo de todo período, decrescendo de 54,9% em 1790 para 50,2% em 1850. Estes pequenos proprietários controlavam cerca de 15% da força escrava em 1790, 13% em 1830, e 10% em 1850. Na Jamaica, proprietários com menos de cinco escravos constituíam 54% do total, controlando apenas 4,4% dos escravos da ilha. Além disso, a proporção dos proprietários com apenas um escravo em relação ao total era apenas a metade da proporção nos Estados Unidos ou Bahia.

Na pesquisa dos elementos que expliquem as diferenças entre os regimes escravocratas nas Américas, não podemos mais colocar as diferenças entre Brasil e Estados Unidos em termos do tamanho das unidades proprietárias de escravos ou de sua distribuição entre a população livre. As duas áreas eram, na realidade, bastante semelhantes quanto a estes aspectos, e os dois se colocavam em franco contraste com a Jamaica e outras ilhas agrícola-exportadoras do Caribe. A estrutura complexa da propriedade de escravos nas plantações brasileiras, a existência de um grande número de unidades de escravos de tamanho pequeno e médio e a ampla distribuição da propriedade de escravos entre a população livre, são características que devem ser levadas em consideração em discussões futuras quanto ao impacto econômico, social e político da escravidão na colônia. Por exemplo, os dados para a Bahia demonstram claramente que ao lado da classe de grandes proprietários existiu uma ampla minoria de pequenos proprietários de escravos, constituída de centenas de indivíduos ou famílias com um, dois ou até cinco escravos, cujo investimento na escravidão era quantitativamente pequeno, mas com uma forte ligação à instituição do escravismo. Eles constituíam a maioria dos proprietários de escravos, controlando ainda uma parcela substancial do total de cativos. Este padrão da propriedade de escravos deve também ser levado em consideração em qualquer discussão sobre a vida dos escravos, aculturação, oportunidades familiares e re-

(59) Veja também SCHMITZ, Mark. *Economic analysis of antebellum sugar plantations in Louisiana*. New York, 1974, p. 127-28; e DeBOW, G.D.B. *Statistical view of the United States (seventh census)*. Washington, 1854, p. 95.

beliões. Os contrastes entre o Brasil e o Sul dos Estados Unidos quanto a estes pontos mostram-se ainda mais surpreendentes, uma vez que as diferenças no tamanho e distribuição são mínimas, ao mesmo tempo em que certas semelhanças entre estas duas sociedades escravocratas tornam-se agora mais compreensíveis.

Na obra *The World the Slaveholders Made*, Eugene D. Genovese salientou o que lhe pareceu ser uma anomalia: que os proprietários de escravos no Brasil e no Sul dos Estados Unidos fossem semelhantes entre si.⁽⁶⁰⁾ Argumentou que, apesar das origens burguesas dos proprietários de escravos do Sul dos Estados Unidos, e das tradições senhoriais dos proprietários brasileiros, ambos "(...) se aproximavam bastante dos padrões de paternalismo que associamos com os sistemas agrário-exportadores do tipo patriarcal." Genovese atribui esta semelhança ao regime das plantações e ao contato entre brancos e negros em seu interior, o que é provavelmente correto. Mas, o que nem ele nem qualquer outro autor suspeitaram, é que a estrutura da propriedade de escravos no Sul dos Estados Unidos e no Brasil fossem tão semelhantes. Genovese enfatizou a importância de uma classe de agricultores residentes na formação destas sociedades patriarcais, mas o que pode ser considerado ainda mais importante é que a maioria daqueles agricultores residia em propriedades onde viviam menos de cem es-

cravos, com um tamanho suficiente para desenvolver todas as estruturas básicas da vida cotidiana, o que também permitiria ao proprietário conhecer seus escravos bem o bastante para interferir na sua vida diária de forma direta e pessoal. Em contraste, as plantações jamaicanas eram normalmente muito maiores, e mais da metade dos escravos da ilha viviam nestas grandes propriedades. Com uma força escrava variando de trezentos a quinhentos homens, que diferença haveria caso a propriedade fosse tocada pelo proprietário ou por um administrador? Nenhum deles poderia conhecer todos os escravos de forma que não fosse a mais superficial possível.

A realidade que parece emergir destas questões é que o problema, na Bahia e nos Estados Unidos, não seria que o patriarcalismo enfrentasse limitações a partir de unidades de propriedade de escravos que fossem grandes demais, mas exatamente o contrário: a maioria dos proprietários de escravos e a maioria dos escravos viviam em residências e eram submetidos a condições de trabalho nas quais os ideais do patriarcalismo tornavam-se difíceis de se sustentar. As grandes famílias aristocráticas ligadas à agricultura estabeleciam o conteúdo social das sociedades escravocratas, mas, dada a predominância da propriedade em pequena escala, parece apropriado buscar as razões pelas quais as atitudes prevalecentes desta classe se tornaram tão generalizadas. As relações de produção se caracterizavam por grandes plantações, mas, na realidade, nem a maioria dos proprietários de escravos, nem a maioria dos escravos, interagiam naquele contexto.

(60) GENOVESE. *The world the slaveholders made*. New York, 1969, p. 96. Veja também a defesa enfática e plena de informações de GENOVESE: A Reply to criticism. *Radical History Review*, 19: 94-110, 1977.

Aos colaboradores da Revista Estudos Econômicos

1. *Natureza das colaborações*

A Revista Estudos Econômicos aceita trabalhos de autores brasileiros e estrangeiros, na área de Economia, desde que inéditos. Poderão ser apresentados originais em inglês, francês e espanhol, que serão traduzidos sob nossa responsabilidade.

O Conselho Editorial da REE decidirá sobre a publicação, a partir da profundidade e pertinência do trabalho.

2. *Apresentação dos Originais*

Serão aceitos originais que não ultrapassem a extensão de 50 laudas ou folhas de papel ofício, numeradas, datilografadas de um único lado, em espaço duplo e em *1.a via*. Os originais deverão conter um resumo, em inglês e português, de 100 a 150 palavras, título e nome do autor, seguidos da qualificação profissional do mesmo ou de outras menções feitas pelo autor à obra. O uso de letras gregas em equações deve ser evitado, particularmente como expoentes, índices e sub-índices. Também devem ser evitados os sinais circunflexo, barra, til e ponto sobre variáveis.

3. *Ilustrações*

Tabelas e gráficos devem ser apresentados em papel branco, com as respectivas legendas datilografadas e fontes completas, acompanhadas da indicação de sua localização no texto. Caso não haja essa indicação, a REE decidirá sobre a localização dos mesmos.

4. *Citações Bibliográficas*

Citações bibliográficas ao longo do texto devem ter a forma de notas de rodapé, segundo a norma NB-66 da ABNT, isto é, deverão ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos. No texto, estes números devem vir à direita da palavra ou parágrafo base e no rodapé o número deverá repetir-se, acompanhado da respectiva referência bibliográfica.

5. *Referências Bibliográficas*

As referências bibliográficas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética, de acordo com a NB-66 da ABNT, observando-se o seguinte. no caso da citação de livros, nessa ordem, deverão ser fornecidos os elementos — autor, título completo, n.º da edição, local, editora, ano de publicação, número de páginas, nome da série ou coleção a que pertence e número com o qual consta na mesma; no caso de artigos de revistas — autor, título do artigo, número do volume e das páginas do artigo, mês e ano da publicação.